

Como os homens e mulheres do século passado descobriram a sexualidade? O que sabiam a respeito, e o que reprimiam? Como as pressões e realidades externas afetavam suas vidas eróticas? Em *A Educação dos Sentidos*, o primeiro de uma série de volumes sobre a experiência burguesa desde 1820 até a Primeira Guerra Mundial, um dos mais festejados historiadores norte-americanos saiu em busca das respostas para essas diversas questões. Para tanto, ele consultou diários, cartas, autobiografias, textos médicos e relatórios sobre sexualidade. O resultado é uma sondagem de longo alcance em áreas como anticoncepcionais, aborto, pornografia, o nu nas obras de arte, medos relacionados com a gravidez, mortalidade infantil, ansiedade da noite de núpcias, masturbação, atitudes em relação às mulheres e o ideal de privacidade.

A Educação dos Sentidos contesta as concepções tradicionais da sexualidade na era vitoriana, que nos pintavam um quadro pouco lisonjeiro de um mundo desonesto, insincero, povoado de maridos que mantinham amantes e de esposas sexualmente anestesiadas. Ao pôr por terra estereótipos como esses, o livro nos revela um meio muito mais rico em paradoxos, ambivalências e possibilidades do que havia sido feito até agora.

A partir do estudo de um caso, o de uma mulher casada da Nova Inglaterra, Mabel Loomis Todd, que mantinha uma relação extraconjugal com Austin Dickinson, irmão da poeta Emily Dickinson, a análise de Peter Gay vai se espalhando até dar conta da experiência burguesa da sexualidade não apenas nos Estados Unidos e na Inglaterra mas na Europa oitocentista em geral. O desafio da sra. Todd às convenções sociais na respeitável Amherst, em Massachusetts (um "segredo" de que tinham ciência tanto seu marido quanto outros moradores da cidade), não faz dela uma proscrita — um fato que Gay vê como um signo extremamente revelador de que os limites de conduta estabelecidos pela burguesia do

PETER
GAY

A experiência burguesa
da Rainha Vitória e Freud.

TC+S+notas

UNIDADE II

LT COMPLEMENTAR



ORIENTAÇÕES

1. UM ESBOÇO DE MAPA

Uma vez que os estudos ora empreendidos se desdobrarão através de vários volumes de considerável tamanho, o leitor tem todo o direito de saber o que o espera. Passeando comigo pela experiência burguesa, desde a rainha Vitória até Freud, ele decerto concordará que o assunto não só merece como exige um tratamento sinfônico. Minha exploração abrangerá desde os primórdios do século XIX até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Parti da década de 1820, e por vezes de alguns anos antes, porque a seriedade moral e a reserva com que as classes médias encaravam o erotismo, que vêm instigando os historiadores ao sarcasmo acerca dos "vitorianos", já se achavam bastante assentadas dez ou vinte anos antes de Vitória chegar ao trono, em 1837. E o ano de 1914, que encontrou Sigmund Freud no meio de sua carreira de psicanalista, se impõe como conclusão óbvia do nosso passeio: a Primeira Guerra Mundial envenenou, além de muitas outras coisas, o tipo de cultura burguesa que me proponho a estudar. Durante esse período a cultura ocidental experimentou mudanças profundas, irreversíveis e freqüentemente traumáticas que, embora longe de serem simultâneas, ainda assim formam um padrão suficientemente coerente para permitir algumas generalizações. Tratarei delas nos capítulos subseqüentes, mas gostaria de mencionar já, sucintamente, que subdivido o século XIX em duas fases distintas, e, ligando as duas, destaco uma ampla faixa de mudanças culturais de longo alcance ocorridas principalmente entre as décadas de 1850 e de 1890. Nessas décadas, formas de namoro e ideais pedagógicos, temores relativos à masturbação e preceitos relativos a castigos corporais, perfis femininos e tendências arquitetônicas, e muitos outros traços culturais sofreram transformações, às vezes imperceptíveis e às vezes tão profundas a ponto de se tornarem irreconhecíveis. Os nomes que aparecem no subtítulo deste livro devem ser vistos tão-somente como símbolos dessas mudanças. Historiadores dotados de sensibilidade já observaram inúmeras vezes que a rainha Vitória não era vitoriana; analogamente, Freud tampouco era freudiano: não podem ser responsabilizados pelos mitos tecidos em torno de seus nomes. Adoto aqui para deixar bem claro que a cultura burguesa do fim do século XIX era bem diferente da cultura burguesa de cinquenta anos antes.

O termo "cultura", que emprego ao modo abrangente dos antropólogos, requer certa cautela. Toda realização humana que de alguma forma contribui para a experiência pode ser englobada nesta vasta rubrica: as instituições sociais, o desenvolvimento econômico, a vida em família, as doutrinas religiosas e morais, os receios dos médicos, as mudanças

de gosto, a estrutura das emoções, até mesmo a política. Ora, não obstante cada cultura apresentar notáveis traços dominantes e certo grau de coerência entre eles, suas amplas subdivisões evoluem com alguma independência, às vezes até isoladamente uma das outras. Gracejando, já comentei que "Viena" não é uma cidade de verdade, mas apenas uma criação de historiadores da cultura em busca de um recipiente bastante grande para conter toda a intensa e variada vida literária, artística, científica e filosófica vivida no espaço de uns poucos quilômetros quadrados. Por trás do gracejo havia contudo algo mais: a cultura de Sigmund Freud, forjada no contato com os clássicos alemães, com o pensamento positivista do século XIX e na amizade com médicos judeus, não era a cultura de Hugo von Hofmannsthal ou de outros habitantes civilizados daquela cidade imaginária. Já deve estar evidente aonde pretendo chegar: cultura é algo mais complexo, mais descontínuo e mais surpreendente do que julgam os estudiosos da moderna civilização ocidental. Os altos e baixos do encadeamento de causas e efeitos, principalmente se incluímos também suas dimensões inconscientes, a tornam refratária a qualquer tentativa de mapeamento empreendida pelo historiador.

Minha concepção do que seja "burguês" — um termo tão impalpável e tão elástico quanto "cultura" — surgirá claramente desta introdução, das personagens que colocarei em cena e dos documentos de que lançarei mão. Nos papéis principais encontraremos médicos, professores, comerciantes, donas-de-casa, poetisas e pintores, políticos, um ou outro próspero artesão que tenha conseguido tornar-se economicamente independente e socialmente respeitável, e uma ave rara, o aristocrata de estirpe duvidosa, cuja postura é primordialmente burguesa. Meus documentos mais fecundos são as confissões íntimas, frequentemente involuntárias, que pontuam diários pessoais, cartas de família, textos e apontamentos médicos, manuais do lar, panfletos religiosos e obras de arte. Aqui reproduzirei perfis frenológicos, comentarei cartas íntimas, interpretarei pinturas e analisarei sonhos. A experiência burguesa no século XIX foi a um só tempo riquíssima, franca e misteriosa, regular e caótica.

Na exploração desse terreno fragmentado e fascinante, fui encontrar minhas testemunhas tanto na América do Norte quanto na Europa. Na verdade, minhas testemunhas americanas ocupam um lugar privilegiado, ainda que não desproporcional. Sua proeminência constitui um tributo à facilidade de acesso aos arquivos americanos, não apenas por sua localização conveniente para mim, mas sobretudo por outros e mais interessantes aspectos. Seus acervos de revelações póstumas se mostraram mais abundantes do que eu jamais poderia esperar, mesmo nos momentos mais otimistas. E, salvo poucas exceções européias marcantes, em geral os diários e as cartas deixados por americanos — muitas vezes com um pedido sincero de que tais documentos fossem destruídos, porém, ao que parece, com uma pitada de esperança em sua preservação — revelaram-se bem menos cautelosos e defensivos do que seus congêneres franceses, alemães ou ingleses. Além disso, minha leitura dessa documentação americana confirmou largamente as previsões de comentaristas da época de que a América, embora indubitavelmente européia em suas origens e na maior parte de suas idéias, já então antecipava a evolução que viria a ocorrer na Europa. De Alexis de Tocqueville na década de 1830 a Sigmund Freud oitenta anos mais tarde, os Estados Unidos foram considerados a quintessência da sociedade burguesa, a encarnação, seja como ameaça ou como promessa, da cultura de classe média em direção à qual as sociedades européias pareciam estar sendo arrastadas. Stendhal, Dickens e inúmeros outros observaram que nos Estados Unidos a voracidade burguesa por bens materiais, o desprezo de ideais mais sublimes, a incompetência amorosa atingiam sua realização mais perfeita e como tal se exibiam de modo mais claro. É bem verdade, conforme sugeri e demonstrarei em pormenores adiante, que a cultura burguesa do século XIX era ao mesmo tempo múltipla e una: as atitudes em relação a demonstrações de afeto, as discussões de enfermidades e angústias, a educação das meninas, o uso de métodos anticoncepcionais, e ainda muitos outros

importantes ingredientes da vida da classe média diferiam drasticamente de uma década a outra, de país a país, de uma camada social a outra. Mas não obstante todos esses matizes e evoluções, não obstante todas essas histórias individuais, a variedade de comportamentos e ideais burgueses configura uma família de anseios e ansiedades nitidamente reconhecível. Tomar o testemunho da América é como capturar a burguesia do século XIX no que ela tem de mais puro, ou, talvez mais apropriadamente, no limite do futuro que lhe estava destinado. Uma vez que uma das manifestações mais representativas da cultura de classe média é a condição feminina, seja sob o prisma político, educacional ou sexual, é significativo que os Estados Unidos tenham sido a primeira nação a admitir mulheres nas universidades, a primeira a dar às mulheres o direito ao voto, a primeira a permitir-lhes o exercício da medicina e (como as evidências claramente levam a crer) a primeira a encorajar ou, pelo menos, a fechar os olhos para a experimentação erótica antes do casamento. Em suma, a América do século XIX já era aquilo que a Europa do século XIX ainda viria a ser.

O argumento fundamental deste livro, assim como seu plano global, deve muito ao pensamento de Freud. Elaborei meus volumes a partir dos elementos básicos da experiência humana — amor, agressão e conflito. No presente volume, examino a vida sensual da burguesia, as formas que seus impulsos libidinosos assumem quando sujeitos às pressões de seus imperativos morais e de suas possibilidades físicas; no volume seguinte investigarei as formas de amar das classes médias, as maneiras burguesas de exprimir e de dissimular o erotismo. Neste segundo volume, aprofundarei a exploração das teorias do amor; as fantasias culturais veneradas na literatura da época; os disfarces com que se mascaravam os desejos eróticos nas chamadas elites culturais; as formas de amor que os beatos tachavam de pecaminosas, e os psiquiatras, de perversas; e o preço que as classes médias tiveram que pagar (pelo menos conforme se supunha à época), em virtude das restrições impostas pela própria burguesia à sexualidade. Nos dois volumes o amor e o sexo se encontram entrelaçados, assim como se entrelaçavam num único ideal nas fantasias burguesas. Decidi separar esses dois tomos por razões meramente táticas: considerando a fartura e a riqueza do material disponível, seria simplesmente inviável reuni-lo num único livro de dimensões manuseáveis.

O motivo que me levou a iniciar essa investigação pela sexualidade burguesa em sua forma madura, o amor, é que pretendo evidenciar e corrigir as concepções errôneas que se arraigaram em nossa visão da cultura vitoriana como um mundo tortuoso e insincero rio qual maridos da classe média saciavam sua luxúria mantendo amantes, freqüentando prostitutas ou corrompendo crianças, enquanto suas tímidas e obedientes esposas, sexualmente anestesiadas, desviavam todo o seu imenso potencial amoroso para os afazeres domésticos e a educação dos filhos. É claro que esta imagem dominante, derrisória e raramente contestada, não é totalmente fictícia: com efeito, dedico boa parte dos capítulos deste volume à ignorância acerca de qualquer assunto ligado à sexualidade e aos preconceitos contra a mulher que prevaleciam tanto entre profissionais liberais instruídos quanto entre burgueses pertencentes às classes menos privilegiadas. Havia maridos impotentes e mulheres frígidas, rapazes e moças que ignoravam os mais elementares "fatos da vida"; e o lado noturno das experiências sensuais da classe média do século XIX está documentado em relatos escandalosos envolvendo prostíbulos homossexuais e o aliciamento de meninas pré-púberes. Marinheiros, soldados e caixeiros-viajantes sem raízes num cotidiano urbano não constituíam a única clientela das prostitutas do século XIX. Muitos dos pacientes de Sigmund Freud pareciam-lhe a prova irrefutável de que a cultura burguesa de sua época cerceava demais os impulsos sexuais. Assim, não é pela revisão em si que me proponho a corrigir as concepções usuais da era vitoriana — inclusive algumas do próprio Freud —, mas numa tentativa de recuperar os conflitos, a ambivalência e a diversidade da cultura burguesa do século XIX.

Quanto essa cultura foi multiforme e dominada por conflitos, virá à tona de modo ainda mais acentuado nos volumes dedicados à agressão. As definições psicanalíticas de agressão ainda estão longe de uma aceitação consensual; embora delimitada, ela abrange muito mais que os meandros do ódio, muito mais que o prazer da destruição. Em diversas ocasiões Freud fez menção a um instinto dominador, de sorte que podemos incluir no âmbito da agressão a necessidade que o homem tem de controlar seu ambiente por meio de invenções tecnológicas, políticas, sociais e estéticas. Os estilos burgueses serão analisados como um modo de adaptação ao ambiente; investigaremos a especialização, a profissionalização, as pesquisas sociais, a evolução das ciências e a escrita da história, tão minuciosamente quanto abordaremos os comportamentos mascaradamente hostis, como por exemplo o humor, ou o rigor, aprovado pela sociedade e dispensado às crianças, aos escolares, aos pobres e aos estrangeiros.

Nos volumes finais, que versarão sobre o difícil nascimento da cultura liberal, transportarei para a cena social o tema do conflito, que os psicanalistas vêem, predominantemente, como experiência interior do indivíduo. Em fins do século passado, a burguesia se defrontava com três adversários, nenhum deles disposto a fazer concessões: os centros de poder e prestígio aristocrático que ainda resistiam à extinção; partidos da classe operária incitados por ideologias militantes e com frequência até mesmo revolucionárias; e implacáveis movimentos vanguardistas na literatura, nas artes plásticas, no teatro e na filosofia, permeados de desprezo por uma burguesia desprovida de gosto, ávida por dinheiro e hostil ao aperfeiçoamento cultural. O menos compreendido desses três adversários continua sendo, ainda hoje, a vanguarda. Era um movimento tão desunido quanto as classes médias que seus porta-vozes autoproclamados alvejavam com invectivas bem articuladas; na realidade, muitos burgueses bem situados receberam as novas artes de braços abertos, patrocinando-as sem ar de superioridade, enquanto, por outro lado, muitos escritores e artistas vanguardistas eram no fundo bons burgueses. A teimosia dos historiadores em tomar ao pé-da-letra as explosões antiburguesas de um Marx ou de um Flaubert em nada contribui para esclarecer essa situação já por si complexa e confusa. Nos volumes finais do presente trabalho, espero proceder a uma revisão profunda da concepção aceita, de que a vida burguesa se desenrolava num mundo predominantemente hostil e turbulento e obter uma aproximação mais estreita do que foi sua experiência real, incluindo seus elementos inconscientes.

Para abranger todas as dimensões da experiência histórica é necessário unir as atitudes e técnicas tradicionais do historiador à natureza e ao desenvolvimento humano como são vistos pelo psicanalista, cada qual fornecendo ao outro informações e críticas. A pesquisa documental, a montagem de estruturas causais, os cuidados e a atenção constante com relação à especulação devem caminhar lado a lado com o salto analítico que permite passar do conteúdo manifesto das evidências disponíveis ao seu significado latente. É claro que nenhum historiador, confortavelmente instalado em sua poltrona ou vasculhando arquivos empoeirados, poderá jamais reproduzir perfeitamente uma situação psicanalítica, hermética e regressiva, cuja função é facilitar a comunicação de inconsciente a inconsciente. Pode, todavia, aproximar-se dela até certo ponto. Pode interpretar sonhos, sobretudo se o próprio sonhador já os colocou num contexto associativo; pode estudar a seqüência de temas num diário íntimo como se fosse um fluxo de associações livres; pode examinar documentos públicos como condensações de desejos, e como exercícios de negação; pode trazer à tona as fantasias inconscientes que se encontram em romances populares ou obras de arte.

Longe de mim conchamar os historiadores a se submeterem à psicanálise, e menos ainda a se tornarem psicanalistas! Mesmo sem precisar lançar mão de Freud, historiadores mais argutos levam em conta a vasta gama de motivos inconscientes, as muitas correntes que se influenciam mutuamente, as sutilezas das formas de expressão, as lições contidas

nas mais leves insinuações. Não pretendo ser superior aos gigantes do ofício da historiografia — quer seja Élie Halévy, Marc Bloch ou qualquer outro tomado como paradigma —, nem insinuar que talvez eles tivessem sido melhores historiadores caso houvessem tido a boa sorte de se aperfeiçoar também nas técnicas psicanalíticas; o longo convívio com os fatos, a inteligência treinada para a observação, a empatia altamente desenvolvida, podem desvendar interligações e levar a conclusões que exigiriam esforço incomparavelmente maior do psicanalista. Sabemos o quanto Freud invejava os poetas por compreenderem intuitivamente o que ele levaria anos a fio para estabelecer. O psicanalista tem todo o direito de invejar os historiadores pelo mesmo motivo.

Não precisa porém exagerar nessa inveja. As teorias psicológicas ocasionalmente aplicadas pela maioria dos historiadores retêm apenas alguns ritmos e melodias do passado, enquanto suas harmonias, suas ressonâncias ocultas, suas repetições que não são meras repetições, suas infinitas surpresas lhes escapam por completo. A contribuição que a psicanálise pode oferecer à interpretação da experiência consiste num conjunto de métodos e de proposições destinados a arrancar ao passado seus significados ocultos e a possibilitar a leitura de toda a sua partitura orquestral. Meu objetivo é integrar a psicologia à história. Não se trata portanto de psico-história nestes volumes, mas de história informada pela psicanálise. Vai aí uma diferença!

A característica mais expressiva desse tipo de história talvez seja sua receptividade à evidente contribuição da vida em sociedade na formação das mentes, mesmo no que diz respeito a seus mecanismos inconscientes. Logo adiante veremos como a sinalização cultural que servia de balizamento aos burgueses no século XIX era frequentemente incerta e geradora de ansiedades. Era uma época de progresso e de muita confiança no futuro, mas também uma época de dúvidas, de hesitações, de raios de pessimismo e de questionamento existencial.

2. DIMENSÕES DA EXPERIÊNCIA

A cultura burguesa do século XIX não perdeu pois sua capacidade de nos surpreender. Por mais que a conheçamos, pouco sabemos dela, e boa parte de nossos conhecimentos são errôneos; sob este prisma, ao contrário da maioria dos outros, as classes médias do período que vai de Vitória a Freud estão em condição de inferioridade. A imagem daqueles a quem, talvez por falta de alternativas, chamamos com imprecisão de vitorianos, carece de uma revisão drástica, visto que ela oscila incomodamente entre o divertimento com sua seriedade e o desdém por seu puritanismo, entre a indignação diante de sua hipocrisia e uma leve nostalgia condescendente por sua cativante excentricidade. A despeito da confiabilidade e do tirocínio de muitas pesquisas e análises, realizadas com competência por estudiosos do passado, a cultura burguesa continua a desafiar o historiador a sondá-la mais a fundo, a extrair novas interpretações de seu solo inesgotavelmente rico.

Essa afirmação parece bastante surpreendente. Dir-se-ia que a imensa quantidade de relatos e documentos recolhidos causaria antes fadiga e um certo desalento.¹ Não resta dúvida de que nenhum outro século, exceto o atual, está tão fartamente documentado. E nem poderia ser diferente, pois o século XIX é, afinal de contas, a casa paterna, uma casa que, desafiando a ação destruidora da guerra e a impiedade do tempo, permanece de pé, intocada, aberta à visitação. O papel de parede está um pouco desbotado, é verdade, mas quase todos os retratos da família permanecem em seus lugares. E no entanto o século XIX ainda está prenhe de questões não respondidas, bem como de questões nem mesmo levantadas. Seus aristocratas, estadistas, poetas e artistas há muito vêm sendo alvo de humoristas e biógrafos pertinazes, e ainda assim alguns continuam a nos surpreender de vez em quando; suas classes trabalhadoras, sobretudo quando empenhadas em greves e revoltas, e mais re-

centemente suas classes camponesas, têm atraído a atenção de um batalhão de historiadores sociais.

O mesmo não se dá com as classes médias: até agora não conseguimos avaliar suas experiências, nem a maneira pela qual receberam as mudanças econômicas, políticas e sociais, artísticas e intelectuais que transformaram tão radicalmente as suas vidas. Será que essas mudanças se acham na base da identificação do século XIX como "o século da burguesia"? Como elas se refletiram na esfera emocional, de suma importância porém pouco estudada, nos domínios da frustração e da realização, da auto-avaliação e da percepção social, da confiança e da ansiedade? Como explicar a paixão das classes médias do século XIX pela privacidade, uma paixão tão abrangente e irresistível que chega a integrar a própria definição de burguesia? De que maneira o moderno capitalismo afetou, favorável ou prejudicialmente, essa classe, sua mais notória beneficiária? Numa palavra, qual foi a experiência burguesa nas universidades, nas feiras e nos mercados, nas cabines eleitorais e nos museus, no leito? Quem me levou a fazer estas perguntas foi Sigmund Freud, que também influenciou minhas respostas.

A 3 de outubro de 1897, Freud escreveu uma de suas desinibidas cartas ao dr. Wilhelm Fliess, de Berlim, que era então um de seus amigos mais íntimos e seu único confidente. Freud o mantinha a par de todas as suas descobertas assombrosas sem reservas. Vivia dias de um afã agitado, nem sempre agradáveis. Tudo indicava que sua "teoria da sedução" como origem das neuroses, na qual depositava grandes esperanças e com a qual pretendia firmar sua reputação de grande inovador na cura dos males nervosos, se achava à beira de um colapso total por falta de provas convincentes. A vitória momentosa que ele arrancaria dessa derrota — o reconhecimento de que a fantasia desempenha um papel dominante na vida mental — ainda se debatia, embrionária, à espera de formulação. Sua auto-análise atravessava sua fase mais difícil, mais intensiva: buscando nas profundezas mais recônditas de seu inconsciente as lembranças reprimidas, Freud se arrojava cada vez mais nas interpretações dos sonhos, muito além do que até então fizera. Nessa atmosfera carregada de árduas investigações e de um autoquestionamento impiedoso, ele se lembrou — conforme relatou a Fliess — de uma viagem que fizera aos dois anos de idade, ou dois anos e meio, num trem noturno de Leipzig a Viena, ocasião em que a libido para com a "matrem" foi despertada por tê-la visto "nuda". E, logo em seguida ao desabafo com que se despoja dessa pesada lembrança longamente reprimida, Freud prossegue, através de uma associação reveladora da qual ele aparentemente não se dera conta, narrando o alívio com que recebera a notícia da morte de seu irmão, nascido um ano depois dele e falecido ainda na primeira infância, alívio esse colorido de "desejos perversos e ciúmes genuinamente infantis".² Amor e ódio se mostravam companheiros inseparáveis, íntimos adversários.

Pelas próprias dissimulações e por seus enganos altamente instrutivos, este é um momento de peso, pois nele se condensam com uma economia impressionante os temas primordiais do meu estudo: a força propulsora gerada pelas necessidades eróticas e agressivas, o modo contínuo e abrasivo pelo qual elas nos enredam, e os conflitos íntimos e ocultos que delas resultam. Mais ainda, ele demonstra os caminhos da civilização — o controle dos desejos e o adiamento de sua satisfação realizados pela mente humana. E revela a persistência e a enorme vitalidade dos primeiros encontros, o controle que as defesas psicológicas exercem na formação das memórias. Tendo já vivido metade dos seus dias, ao escrever a seu melhor amigo Freud sente a necessidade de encobrir seus desejos incestuosos com a obscuridade decente de uma linguagem erudita; o uso do latim lhe permite estabelecer uma zona de segurança entre ele próprio e a sua excitação proibida. Outro aspecto significativo é que Freud haja deslocado a data daquele relance excitante e sedutor: na realidade ele tinha quatro anos por ocasião daquela viagem de trem. Fazendo-se menor e mais

infantil do que de fato era, Freud nega o erotismo palpável do estágio edipiano que já atingira, retratando-se menos poderoso e menos perigoso do que era, uma criança incapaz de conceber sequer suas intenções agressivas e sexuais, quanto mais de realizá-las. À época em que narrou a Fliess essa experiência, Freud tinha completado 41 anos. As reverberações dessa lembrança e a longa extensão do caminho de volta que parte da tumultuada situação de homem maduro às paixões infantis convidam o historiador a pesquisar além da conjuntura imediata, a abrir as portas para o ambiente cultural em que Freud viveu e, através dele, retornar aos dias de sua infância. Numa palavra, por suas abrangentes implicações para o estudo das mais potentes, embora secretas, forças que impulsionam o homem, essa sugestiva vinheta é um exemplo típico do que seja uma experiência. Num sentido bastante real, o presente volume e os que lhe sucederão constituem um extenso comentário desse episódio.

Uma experiência é o encontro da mente com o mundo, no qual nem este nem aquela são jamais simples ou totalmente transparentes. Frequentemente banal à primeira vista, a experiência acaba por mostrar-se, sobretudo quando seguimos suas raízes até os remotos domínios do inconsciente, recalcitrante, fugidia, taciturna; criação de impulsos ambíguos e de conflitos não-resolvidos, ela não raro semeia confusões e impõe drásticas interpretações falsas. Muito mais do que proporcionar uma oportunidade para o exercício estereotipado do raciocínio e da ação, a experiência participa na criação dos objetos do interesse e da paixão; dá forma aos anseios ainda incipientes e levanta barreiras contra ansiedades ameaçadoras. O apetite irrefreável do homem por novas experiências tem suas origens nas primeiras investigações da criança em busca do conhecimento sexual e no prazer que esse conhecimento lhe proporciona, prazer amplamente reprimido na infância e posteriormente sublimado em atividades culturais menos primitivas. Seja como evento isolado, seja ligada a outros eventos, a experiência é portanto muito mais do que mero desejo ou percepção fortuita; é, antes, uma organização de exigências apaixonadas e atitudes persistentes no modo de encarar as coisas, e de realidades objetivas que jamais serão refutadas.

Além de ser um encontro da mente com o mundo, a experiência é também um encontro do passado com o presente. O amor e o ódio, esses indômitos motores da história, têm também suas próprias histórias, longas e em boa parte secretas: a pressão do passado é generalizada e insistente. Chamar o homem de "animal cultural" equivale a enfatizar que ele é por natureza um animal que aprende a partir da experiência, ainda que por vezes aprenda as lições erradas. Conforme afirmou William James de modo caracteristicamente exuberante em 1890, "a experiência é nossa instrutora, nossa suprema ajudante e amiga".³ Ela emerge do confronto e da colaboração entre a reflexão consciente e a necessidade inconsciente, mescla lembranças e anseios, e nem estes nem aquelas são imutáveis ou acabados. E, se bem que boa parte dos poderosos regulamentos pelos quais o homem se pauta estejam além de sua capacidade de compreensão consciente, outra grande parte lhe é acessível: ao alertar seus colegas psicanalistas para que atentassem com criteriosa imparcialidade para as cenas manifestas dos sonhos, tanto quanto para seus conteúdos latentes, Sigmund Freud poderia estar orientando os historiadores sobre a necessidade de se respeitar as evidências, sejam elas remotas ou acessíveis.

As experiências comprovam pois a existência de um tráfego ininterrupto entre o que o mundo impõe e o que a mente exige, recebe e reformula. Esse intercâmbio há muito vem ocupando e até mesmo transtornando os historiadores profissionais. Exatamente como as realidades entre as quais ela se vê largada, a mente humana, a um só tempo estável e dinâmica, quase nunca permanece totalmente passiva. E com isto não pretendo defender uma subjetividade incurável. A mente é com frequência extraordinariamente eficiente na compreensão dos contornos e dos significados de suas percepções. A maioria dos historia-

dores é partidária da proposição dubiamente crítica de que todo ser humano é uma vítima indefesa da falsa consciência, um mero seguidor e porta-voz involuntário, porém incurável, de sua classe, de sua fé, de seu tempo. Dizem esses historiadores, assim como os antropólogos culturais, que os homens constroem sua experiência.⁴ De fato assim é. Tal "construção", todavia, resulta da colaboração um tanto constrangida entre percepções enganosas geradas por ansiedades e correções levadas a efeito pelo raciocínio e pela experimentação. O modo pelo qual a maioria das pessoas vê a realidade, apesar de todas as revisões apaixonadas e neuróticas aí embutidas, fornece uma imagem reconhecível dessa realidade, que se assemelha ao mundo tanto como um mapa do século XVIII mostrava aproximadamente as configurações verdadeiras do globo terrestre. Os homens, nem mesmo os loucos, não inventam simplesmente o seu mundo. Os materiais que empregam para construí-lo são quase todos de domínio público.

Nestas páginas terei oportunidades de sobra de desvendar auto-ilusões, corrigir interpretações errôneas e analisar o significado inconsciente de ações conscientes. Ao mesmo tempo pretendo defender arduamente a autoridade da realidade externa e a competência da mente humana. A prevalência de argumentações dogmáticas, de crenças irracionais e de projeções hostis através de toda a história nos fornece um testemunho desalentador das limitações da objetividade humana. Os adeptos da fé psicanalítica, em particular, são notórios defensores da concepção de que por trás de toda e qualquer idéia, discurso ou ação dos homens há mais do que pode ser percebido pelo olho não treinado. Mas isso não obriga o psicanalista — ou o historiador — a defender a opinião de que as coisas são sempre o contrário do que aparentam ser. Paradoxalmente, elas são a um só tempo o que não parecem e o que parecem ser. É isso o que as torna tão interessantes e difíceis. E o pensamento de Freud, longe de desprezar essas minúcias, as reconhece e as exalta e facilita por conseguinte o seu estudo. Este é um dos motivos por que Freud atrai a atenção dos historiadores, e certamente uma das razões por que tanto me afino com seu pensamento.

Aos 41 anos, revendo mentalmente a nudez de sua mãe, Freud teria toda a razão se considerasse essa experiência "uma segunda edição": tratava-se da ressurreição revisada de ordens e proibições, do redescobrimto de eventos verificáveis ocorridos por volta de 1860, que, reformulados em lembranças úteis, até mesmo estratégicas, emergiram em 1897. Os desejos do menino Freud, recapturados em meio às ansiedades do homem maduro, eram profundamente pessoais; tinham porém implicações gerais bem amplas; entraram em erupção justamente quando Freud se debatia na formulação de uma psicologia na qual um dos elementos predominantes seria o desejo de todos os meninos por suas mães. É perfeitamente compreensível que em geral os historiadores tenham tentado evitar as dimensões inacessíveis da experiência. O inconsciente é intratável. Na melhor das hipóteses, por mais fascinantes que sejam os rastros que deixa, ele permanece quase ilegível aos olhos de quem não seja um perito observador. Não obstante, conquanto a tarefa de tornar legíveis os hieróglifos do inconsciente para a pesquisa histórica seja difícil, subsiste uma decisiva verdade histórica — uma verdade que o historiador ignora por sua conta e risco, incorrendo por isso em perdas consideráveis —, a de que muita coisa do passado ocorreu de modo oculto, silencioso e eloquente.

A despeito de toda a atividade enérgica e emaranhada do inconsciente, a interpretação histórica da experiência precisa ser pelo menos tão sensível às suas dimensões conscientes quanto às inconscientes, e igualmente sensível aos efeitos da cultura sobre a mente — em suma, precisa ser sensível ao mundo em que o historiador se sente mais à vontade. É bem apropriado que Sigmund Freud houvesse tido sua momentosa percepção erótica, tão carregada de conseqüências futuras, a bordo de um trem, a suprema metáfora de um século XIX em movimento. A intimidade do compartimento e a pulsação ritmada da via-

gem contribuíram para dar origem, e uma forma específica, aos desejos imperiosos do menino de quatro anos. A mente humana anseia por realidade; excetuando-se o id, bastante encapsulado em si, que é o depositário dos impulsos brutos e do material profundamente reprimido, os outros componentes da mente, o ego e o superego, se valem contínua e abundantemente da cultura em que subsistem, evoluem, têm sucesso ou falham. Ao passo que a mente fornece ao mundo suas necessidades, o mundo dá à mente sua gramática, aos desejos seu vocabulário, às ansiedades seu objeto. O superego é uma coletânea de injunções didáticas oriundas dos pais e de outras fontes; ego, dotado da capacidade de raciocínio, cálculo e previsão, se defronta com realidades e as testa. A mente coleta no mundo suas fantasias, e até mesmo seus sonhos. E se essas atividades obscuras da mente se apóiam tão pesadamente em sons, imagens e odores, então a experiência diuturna de neuróticos normais — a matéria-prima de que é feita a história — deverá obrigatoriamente cingir-se ainda mais fixamente aos imperativos sociais, religiosos, econômicos e tecnológicos que, em conjunto, definem as possibilidades e impõem as limitações pelas quais se balisarão tanto indivíduos quanto grupos.

O reducionismo que vem enfeitando boa parte da psico-história é por conseguinte indefensável não só por desprezar as sutilezas do processo histórico, como também — e talvez com ainda maior gravidade — porque não leva em conta as sutilezas da visão psicanalítica do homem no mundo. Não resta dúvida de que nem todas as reduções são reducionistas. Num ensaio escrito em 1913, no qual especula sobre as possíveis aplicações da psicanálise aos estudos históricos, Freud aborda de relance essa distinção e fornece uma leve indicação de como sua psicologia dos indivíduos poderia tornar-se relevante em estudos da experiência coletiva, de como a biografia poderia se tornar história. "A psicanálise", escreve Freud, "estabelece uma conexão íntima" entre as "realizações psíquicas dos indivíduos e as das sociedades, postulando para umas e outras as mesmas fontes dinâmicas. Parte da idéia primordial de que a função mais importante dos mecanismos mentais é aliviar a pessoa das tensões nela criadas por suas necessidades. Parte dessa tarefa pode ser realizada extraíndo-se satisfação do mundo exterior; e para tanto torna-se essencial que se tenha domínio sobre o mundo real". Acrescenta porém que "a realidade habitualmente frustra a satisfação de outra parte dessas necessidades, entre as quais se incluem, significativamente, determinados impulsos afetivos". O que impõe uma segunda tarefa; a de encontrar outro meio de acomodar os impulsos insatisfeitos. Convicto de que a psicanálise já havia iluminado claramente as origens da religião, da moralidade, da justiça e da filosofia, Freud agora conclui que "toda a história da cultura demonstra apenas quais métodos o homem adotou para subjugar seus desejos insatisfeitos sob condições mutáveis, adicionalmente modificadas por progressos tecnológicos, desejos esses às vezes satisfeitos e às vezes frustrados pela realidade".⁵

Esse trecho pouco conhecido constitui nada menos do que um memorando ambicioso dirigido aos historiadores, um convite cujas implicações nem psicanalistas nem historiadores sequer começaram a explorar. Freud está obviamente atento às trilhas pelas quais operações mentais, traduzidas em invenções, instituições e soluções de problemas, se emancipam e passam a levar uma existência pública autônoma. Sob este enfoque, até mesmo a tecnologia, se voltarmos às suas origens, é um método racional de gratificação dos desejos insatisfeitos. Ao mesmo tempo, contudo, a tecnologia constitui também uma realidade externa, objetiva, que, liberta da mente, agora com ela se defronta. Não é por acaso que os homens lançam mão de metáforas oriundas da vida familiar quando se referem à religião, à política ou à fábrica. Transferem para seu ambiente público suas experiências íntimas, e esse ambiente de imediato passa a refleti-las e a influir sobre elas. Consciência de classe, fidelidade nacionalista, decisões econômicas, são manifestações do trabalho mental imprimindo sua marca nas realidades e recebendo delas impressões recíprocas. Cultos que veneram a juventude, a velhice ou a natureza, esperança de um lugar ao sol ou a deses-

perança de mudanças, compromissos com instituições parlamentares ou com alguma liderança carismática, opções por uma ou outra estratégia empresarial e uma infinidade de outros sentimentos e atividades são em parte racionais e em parte irracionais, frutos tanto do raciocínio como de desejos não satisfeitos que os indivíduos e os grupos mal conhecem e que dificilmente poderão admitir. Categorias psicanalíticas que se proponham a explicar essas experiências, tão ricas em sua estratificação, não são canais pelos quais devem fluir obrigatoriamente as interpretações históricas; são apenas descrições de opções humanas, disponíveis ou inacessíveis. Abrem ao historiador inúmeras oportunidades para apreender as múltiplas dimensões do passado, bem como a participação relativa de cada uma no precipitado resultante, que é a experiência. É por isso que submeto a minuciosa análise o que chamo de pressões da realidade, tão variadas como a implantação das ferrovias, a vulcanização da borracha, a vitória sobre a febre puerperal, a persistência de hierarquias sociais. Foram essas pressões que fizeram da experiência burguesa o que ela veio a ser.

É claro que a rigor não houve experiência burguesa no século XIX nem em qualquer outro; houve tão-somente experiências de burgueses. Conforme é do conhecimento de todo historiador imbuído de alguma tendência psicanalítica, a experiência de um indivíduo difere, ainda que levemente, da experiência de qualquer outro. Escrever a história da experiência burguesa no século XIX, introduzir-me tão inquisitivamente quanto for possível na mentalidade da classe média, implica arriscar-me a generalizações bastante arrojadas. Só o indivíduo ama e odeia, aprimora seus gostos nas artes e no mobiliário, sente-se contente nos momentos de realização, ansioso em tempos de perigo, e furioso com os agentes que lhe provocam alguma privação; só o indivíduo se regozija com o poder ou lança sobre o mundo sua vingança. O mais é metáfora.

Uma metáfora todavia necessária. Pois todos os seres humanos compartilham pelo menos sua humanidade — suas paixões, sua trajetória em direção à maturidade, suas necessidades irreprimíveis. E cada qual estabelece seus laços sociais, pertence a culturas parciais que o expõem a conjuntos previsíveis de experiências, os quais constituem famílias suficientemente semelhantes entre si para seduzir o historiador a emitir julgamentos coletivos. A filiação religiosa, a vizinhança urbana, a comunidade lingüística e, no século XIX, a classe social, moldam o indivíduo de forma a torná-lo reconhecível como membro de diversas sociedades. Ao atingir a idade escolar, a criança já é uma pequena antologia viva de sua cultura particular — uma cultura parcial, de fato única, um indivíduo, sem dúvida alguma, mas ainda assim uma testemunha altamente informativa dos vários mundos de que faz parte. É por isso que os meandros da psicanálise, suas teorias e suas técnicas, podem construir justamente aquela ponte entre a experiência individual e a coletiva que a maioria dos historiadores, profundamente constrangida pela orientação freudiana, insiste em considerar problemática. Pois o indivíduo, visto pela ótica psicanalítica, é um indivíduo social. Até mesmo a mais secreta das batalhas íntimas é predominantemente inconsciente, a repressão do complexo de Édipo ocorre, conforme observa Freud, sob “a influência da autoridade, da instrução religiosa, da educação, das leituras”.⁶ Outras experiências, por mais pessoais e íntimas que sejam, tampouco deixam de ser culturais por sua natureza e por suas implicações. Explica-se assim por que Freud não via diferença essencial entre psicologia individual e psicologia social.

Ainda assim, cada uma das minhas generalizações psicológicas e históricas precisa estar alicerçada no único e verdadeiro centro da experiência: a pessoa. A fim de dramatizar essa convicção, abro cada tomo desta obra com uma biografia analítica à guisa de prefácio: sem pretender imitá-lo, tenciono relembrar os clássicos históricos de Sigmund Freud, que, na mais pura acepção do termo, são “histórias de casos”. Esses retratos psicológicos e sociais não são espelhos perfeitos de uma cultura, mas fornecem boas indicações para se chegar a ela. Guiam-nos àquele mosaico amplo e emaranhado, a experiência burguesa do século XIX, que me proponho a recuperar, reconstruir e narrar.



ESFORÇOS PARA UMA DEFINIÇÃO

Um ingrediente preocupante, apesar de por vezes apenas perceptível, da experiência da burguesia do século XIX foi a ansiedade com que ela procurou definir a si própria: suas hierarquias internas, seu *status* na sociedade, seu relacionamento com as demais classes, suas características morais. “Lanço um apelo às classes médias”, escrevia Thackeray em *Vanity Fair* [Feira das vaidades].¹ Porém, conquanto ele e seus leitores julgassem o significado desse apelo perfeitamente claro, nenhum deles podia ter certeza de que assim fosse. Havia muita coisa duvidosa: ideais, perspectivas e — numa dose bem considerável — o significado dos termos. As formas das pirâmides sociais, que alicerçavam aspirações e concessões, encontravam-se parcialmente obscurecidas por sutis distinções sociais e exigências conflitantes; seus limites superiores e inferiores freqüentemente se perdiam na névoa que recobria as encarniçadas lutas dos grupos que procuravam agregar-se à burguesia, desligar-se dela ou ascender dentro dela. Ademais, as lendas que pesavam sobre a história das classes médias, unidas aos debates que de longa data se travavam sobre sua reputação, contribuíram para gerar, em meio a avanços impetuosos e a um otimismo sóbrio, um vago sentimento de identidade, que por vezes beirava o ódio a si mesmo. Uma consciência burguesa ampla e opressora transtornou muita gente no século XIX, e, no século XX, viria exacerbar os esforços dos historiadores que procuram realizar um mapeamento retrospectivo.

Freqüentemente, contudo, são os mitos, as contradições e as distorções neuróticas que constituem a chave para as realidades históricas. Deles é que surgirão, de fato, os elementos essenciais para qualquer definição logicamente válida do que foram as classes médias do século XIX. Eu considero essas classes como uma família de anseios e de ansiedades. Muitos outros fatores contribuíram para dar-lhes uma aparência de coesão e unidade que era apenas em parte artificial: interesses convergentes, pressões políticas, classificações legais, percepções e sensações compartilhadas. Constituíam porém uma grande família, muito ramificada e briguenta. Os elos que a mantinham unida eram freqüentemente mais fracos do que as tensões que a desuniam. E os sintomas que mais claramente demonstram essas tensões são os nomes com que as classes médias eram designadas.*

(*) O autor utiliza aqui o termo *middle classes*, no plural; a distinção entre “as classes médias” e uma “classe média” é explicada na primeira seção deste capítulo, logo a seguir. (N.T.)

As confusões que infestavam, no século XIX, o vocabulário relativo às classes não escaparam à observação de seus contemporâneos. Quando, em 1893, traduzia um panfleto escrito por um médico alemão contra a legalização da prostituição, o estudioso norte-americano Charles K. Needham deparou com a palavra *Bürger** e fez uma pausa para refletir. "O sentido preciso deste termo", ruminou numa nota de rodapé, "não pode traduzir-se pela expressão *middle class* [classe média], se bem que ocasionalmente eu a tenha utilizado em páginas anteriores. As condições de vida na Inglaterra e na América do Norte diferem daquelas reinantes na Alemanha, de sorte que na língua inglesa não há um termo único que possa exprimir a idéia".² Needham tinha a perspicácia necessária para perceber que essas dificuldades lingüísticas exprimiam dificuldades essenciais. A terminologia alemã por certo as reconhecia: diferenciava, sutil porém claramente, o termo *Bürger* do modismo importado *bourgeoisie*. Quando Thomas Mann, ainda em 1918, elogiava o *Bürger* e denegria o *bourgeois*, estava trabalhando dentro de uma tradição retórica já secular. Além disso, *Bürger* era um rótulo simultaneamente legal e social: designava o cidadão de um Estado ou o membro de uma classe, uma ambigüidade que escritores alemães não deixaram de explorar. Mais ainda, os alemães usavam não só o termo *Bürger*, como também *Mittelstand*, e a curiosa história lingüística desta última denominação oferece uma prova adicional de que a instabilidade no uso da linguagem no século XIX muitas vezes revela uma instabilidade no âmago da sociedade, bem como uma certa inquietação.**

No início do século XIX, Goethe, Hegel e seus contemporâneos consideravam *Mittelstand* o membro de uma classe respeitável e próspera, cujos escalões superiores incluíam servidores públicos graduados e outros homens de instrução superior; em meados do século, o termo já designava pequenos negociantes e pequenos industriais. Na década de 1870, com a fundação do novo Reich e em meio à turbulência de uma especulação desenfreada, muitas vezes ruínoza, o termo *Mittelstand* foi rebaixado a sinônimo de "pequeno-burguês", do pequeno comerciante que tentava por todos os meios sobreviver à maré de falências, e dos funcionários subalternos que se amontoavam nos empregos desalentadores que os novos impérios industriais e comerciais lhes ofereciam. A maioria dos membros desses dois grupos tinha motivos mais do que suficientes para se sentirem apreensivos em relação a suas oportunidades sociais e a seu futuro econômico. Os economistas começaram a fazer distinções entre um *Mittelstand* já estabelecido e um novo *Mittelstand*, afligindo-se pela deterioração daquele e pelo fastio deste. E assim, ao aproximar-se a última década do século XIX, o termo designava um segmento da sociedade em constante tumulto, um problema em busca de uma política.³ A história deste termo, incluindo sua irresistível decadência, documenta as sérias tensões existentes no seio da burguesia alemã.

Os setores medianos da sociedade inglesa, por seu lado, demonstravam uma extraordinária relutância a se segregarem por meio de nomes distintivos e agressivos que designas-

(*) Do termo *burgus*, que significava em latim vulgar "bairro" quando se referia a uma grande cidade como Roma, ou "vila", quando centro comercial de uma região rural, derivaram-se entre outros o germânico *Burg* e suas variantes *burgh* (escocesa e flamenga), *burgeis* (gálica), e *burgo* (ibérica), todos significando na Idade Média o "castelo" onde se concentrava o comércio regional, uma espécie de vila fortificada para a defesa dos camponeses da redondeza. Aí surgiram as corporações, de sorte que na Renascença o termo *burgher* (escocês e inglês) designava em particular os habitantes de um burgo que eram membros de uma corporação de ofício. Com o crescimento das cidades-livres hanseáticas e renanas, e com a consolidação institucional do Império prussiano, o termo *Bürger* adquiriu o significado de "cidadão", que mantém até hoje, com certa ênfase nos deveres e direitos atinentes à condição política da "cidadania"; o termo francês mais próximo é portanto o surgido com a Revolução, *citoyen*, ao passo que *bourgeois* enfatizava mais as condições sócio-econômicas e culturais do "Terceiro Estado". (N.T.)

(**) *Mittelstand* significa, literalmente, "condição mediana" ou, particularmente no sentido sócio-econômico, "situação mediana". (N.T.)

sem sua "classe". Se bem que a palavra *bourgeoisie* já estivesse ao seu alcance desde fins do século XVII, os ingleses se recusavam a naturalizá-la e preferiam o termo nativo *middle class*, ou melhor, com seu grave e profundo respeito pelo pluralismo, "classes médias". Tudo indica, contudo, que os autores ingleses julgavam perfeitamente aceitável chamar as classes médias alemãs de "*bourgeois*"; George Eliot assim fez em 1856. Ainda em 1873, todavia, J. A. Symonds observava que o adjetivo *bourgeois* era "uma expressão moderna". Somente um cosmopolita de tendências nitidamente materialistas ou alguém que procurasse um rótulo levemente pejorativo lançaria mão desse termo emprestado à língua francesa. Num de seus epigramas cintilantes e ambíguos, Oscar Wilde escreveu: "A grande superioridade da França sobre a Inglaterra consiste em que na França todo *bourgeois* aspira a ser um artista, ao passo que na Inglaterra todo artista aspira a tornar-se um *bourgeois*".⁴ E no começo de 1890, Beatrice Potter, que em breve viria a tornar-se Beatrice Webb, anotava em seu diário que havia convidado "Sidney Webb, o socialista" para jantar em sua casa, e observava que ele era "um homenzinho notável, de aparência um tanto desganhada, [com] óculos e um sobretudo preto burguês, já reluzente de tanto uso".⁵ A maioria de seus compatriotas entretanto preferia os nomes de conotações mais domésticas: em 1834, John Stuart Mill distinguia as "três classes" que compunham a sociedade inglesa, "os proprietários, os capitalistas e os operários".⁶

Essa relutância não pode ser desprezada como um mero chauvinismo lingüístico. Afinal de contas, foram os marxistas que, a partir de meados da década de 1840, com a publicação de *Condition of the Working Class in England* [Condição da classe operária na Inglaterra], de Engels, transformaram o termo *bourgeois* senão em monopólio, pelo menos em característica marcante e habitual do discurso socialista. Para aqueles que se engajavam em atividades políticas, tornou-se um termo bastante polêmico: William Morris relembra os anos de sua juventude como "uma época maçante, oprimida por atitudes burguesas e filistéias".⁷ Nem mesmo a escolha presumivelmente inócua do singular ou do plural nas referências às camadas médias, altamente estratificadas, da sociedade escapava a implicações políticas: liberais agressivos, como Richard Cobden, empregavam o termo "classe média" enfaticamente no singular, como que alardeando seu apelo à unidade e suas expectativas de poder.⁸ A linguagem utilizada para caracterizar aquele território de contornos vagos e talvez indefiníveis ocupado pelos segmentos medianos da sociedade quase nunca era totalmente inocente, quase nunca isenta de cargas políticas.

A Babel de definições não se esgota por aqui. A profusão de rótulos abrangentemente descritivos, como *bourgeois*, *Bürger* ou *middle class*, exhibe a variedade dos tipos sociais reunidos sob estes amplos rótulos. Alguns historiadores, visivelmente embaraçados com tal amplidão, extraíram da burguesia os grandes capitalistas, tanto os patrícios quanto os plutocratas, que trocavam tapinhas nas costas com a aristocracia, e os artesãos mais pobres, que não viviam melhor que os operários, classificando-os em classes específicas próprias ou incorporando-os às classes vizinhas. Outros tentaram escapar à dificuldade por meio da inclusão na classe média de todos aqueles que não fossem nem operários, nem camponeses, nem aristocratas. Estes têm algum fundamento jurídico para as suas simplificações drásticas: o *Landrecht** da Prússia reunia sob o nome *Bürgerstand* ou "estado burguês",** todas as pessoas que "pelo seu nascimento não puderem ser contadas nem entre os nobres nem entre os proprietários rurais, e que tampouco tiverem sido incorporadas posteriormente a uma dessas duas classes".⁹ Mas a esplêndida clareza do código prussiano, conciso e psicologicamente impreciso, não estava disponível em outros países, onde os historia-

(*) O código de direito agrário, integrante do Código Civil. (N.T.)

(**) O autor traduz *Bürgerstand* por "bourgeois estate" por analogia ao *troisième état* francês ("third estate"), ao qual de resto corresponde essencialmente o *Bürgerstand* alemão da época analisada. (N.T.)

dores se viram obrigados a lançar mão de critérios alternativos, econômicos ou sociais.

Aumentando ainda mais toda esta confusão, em meados do século passado os proletários parisienses utilizavam *bourgeoise* para designar respeitáveis e pacatas donas-de-casa das classes trabalhadoras, temidas por seus maridos.¹⁰ Não era menos difícil classificar os proprietários de terras que não tinham títulos nobiliárquicos: estivessem eles engajados em negócios, servindo como magistrados na cidade ou vivendo das rendas de seus investimentos rurais, tinham um envolvimento íntimo e contínuo com os assuntos urbanos, bem como acesso ao poder político. Estes proprietários — particularmente numerosos e influentes na França e na Prússia, pelo menos até meados do século — eram os que menos se encaixavam no estereótipo do burguês. “Ninguém quer viver em sua propriedade no campo”, declarou o conde de Villèle, um brilhante financista e primeiro-ministro da França nos últimos tempos da Restauração. “Todos os nossos *gentilsbommes* estão se transformando em *bourgeois*, moram na cidade durante seis ou nove meses por ano a fim de aproveitar a vida social, os confortos e as facilidades para educar e colocar seus filhos.”¹¹ Para a maioria dos observadores, o burguês era um animal urbano. Proprietários rurais sem título, porém, frequentemente apresentavam tantas das características que normalmente se associam à burguesia que às vezes eram classificados no mesmo grupo dos pequenos industriais e profissionais liberais.

Em vista de todo esse emaranhado, os contemporâneos passaram a fazer uso de adjetivos descritivos para demarcar subdivisões e acompanhar movimentos no interior da burguesia: *haute, bonne, petite bourgeoisie* [alta, boa, pequena burguesia], classe média alta e classe média baixa. Mas nem todos esses qualificativos, ainda que úteis, foram suficientes para formar uma malha bastante fina para capturar todas as sutis distinções e os efervescentes conflitos que em toda parte impregnavam as classes médias, originando sucessivas ondas de agitação e mudanças. Por volta de 1835, o viajante e cronista Michel Chevalier, um pequeno Tocqueville que mais tarde viria a ser um eminente administrador público na França, publicou um livro de reflexões sobre os Estados Unidos, no qual comparava as instituições norte-americanas às de seu próprio país. Na América do Norte, observou ele, a classe média era uma entidade coesa e abrangente que compreendia “industriais, comerciantes, advogados, médicos”, bem como “alguns poucos agricultores e pessoas dedicadas às letras e às artes”. Já na França, a “numerosa classe média” estava nitidamente dividida entre “a classe ativa”, engajada no “comércio, na indústria, na agricultura e nas profissões liberais”, e a burguesia “ociosa”, formada por “homens sem emprego ativo, proprietários que auferem rendimentos de 500 ou 1500 libras pelo aluguel de suas propriedades ou através da divisão da produção com os agricultores, sem todavia tentarem aumentar a produtividade”. Essas duas “divisões” da classe média “diferem essencialmente entre si”, prossegue Chevalier, embora na página seguinte, com solene desprezo por qualquer coerência, acrescente que “elas não estão totalmente nem nitidamente separadas entre si”.¹² Obviamente, a definição e a classificação das classes médias era uma tarefa que desencorajaria qualquer comentarista, por mais sagaz e confiante que ele fosse.

Lá pelos fins da década de 1860, Émile Zola, usando sua habitual imaginação e malícia, resolveu tentar refinar as caracterizações vagas e grosseiras, então comuns, da burguesia subdividindo a sociedade francesa em cinco mundos: *le peuple* [o povo], que incluía os operários e os soldados; *les commerçants* [os comerciantes], que abrangiam os “especuladores das demolições” em Paris, os industriais e os negociantes mais prósperos, “mulheres intrigantes” e os donos das grandes lojas; a *bourgeoisie*, que ele definia concisamente como “filhos de novos-ricos”; *le grand monde*, constituído de políticos e de funcionários públicos influentes; e *un monde à part* [um mundo à parte], que compreendia meretrizes, assassinos, o clero e os artistas.¹³ Embora não lhe falte humor e argúcia, essa classificação apenas revela o embaraço geral que envolvia a definição das classes médias. Em primeiro lugar, a classe média alta jamais se mostrou totalmente coerente, raramente apresentando

o que chamaríamos de uma linha de frente unida; e as personagens definidas por Zola como os *commerçants*, a *bourgeoisie*, e o *grand monde* tinham objetivos e valores frequentemente conflitantes, ainda que em parte coincidentes. Advogados bem-relacionados e servidores públicos graduados, clérigos proeminentes e médicos ilustres, não raro se afastavam de uma camada da classe média para se aproximarem de outra. Diante desses fatos da vida social, os alemães enriqueceram seu vocabulário sociológico criando nomes para grupos que exigissem uma consideração diferenciada com o pretexto de possuírem propriedades ou títulos acadêmicos: falava-se em *Besitzbürgertum* e em *Bildungsbürgertum*,* ambas categorias bastante sugestivas, se bem que sobremodo abrangentes. Particularmente a *Bildung*, ou seja, o domínio de uma cultura superior ou, por vezes, apenas a sua exibição elegante, fornecia às classes médias mais instruídas os argumentos para sua pretensão a um *status* mais elevado e, às vezes, uma certa autoridade. O conhecimento dos clássicos, a facilidade de citar a literatura alemã, a demonstração de um interesse cultivado pelas artes e pela música permitiam ao *Bürger* abrandar sua antiga adoração servil aos nobres.¹⁴ Uma das demonstrações mais impressionantes do prestígio alcançado pela *Bildung* é o fato de que muitos aristocratas alemães, tanto na Prússia como em outros Estados, prudentemente equipassem seus filhos de uma educação superior, ou pelo menos de sinais dela — como se, ao invés de nobres, fossem bons burgueses.

Outro problema agudo era o que representavam os membros do governo tanto para si mesmos quanto para efeito de uma definição. Em primeiro lugar, a posição dos servidores públicos ou *Beamten*, especialmente nos escalões superiores, era curiosamente ambígua. Além disso, como nos Estados alemães os professores universitários e os regentes das orquestras das cortes eram igualmente funcionários, também eles ocupavam uma posição bastante peculiar. No século XIX sua incômoda situação tinha se tornado de certo modo uma tradição alemã,¹⁵ percebida até mesmo pelos próprios burocratas. Em suas memórias, o aristocrata Rudolf von Delbrück, que ocupava um cargo público em Berlim, relembra que “os círculos burocráticos, espremidos entre a fechadíssima sociedade da corte, por um lado, e a comunidade burguesa por outro, tinham uma vida própria”.¹⁶ Em outros países, como na Bélgica ou na França, esse tipo de isolamento parece ter sido menos acentuado; a alienação dos funcionários em relação à vida da classe média parece ter sido menos completa do que nos Estados alemães. No entanto existia, e era desagradável.

A mesma fluidez e conseqüentemente a mesma controvérsia assinalam a divergência dos argumentos com os quais pirâmides burguesas rivais buscavam proeminência. O dinheiro trazia o poder, e a linhagem também; mas dinheiro e linhagem não eram necessariamente coincidentes. Não obstante, era possível fazer com que coincidissem, e frequentemente era isso o que ocorria: as negociações matrimoniais entre famílias abastadas e famílias de estirpe nobre podiam assumir a importância de verdadeiras negociações diplomáticas entre Estados. Havia certo grau de mobilidade no interior das elites das classes médias, como também em suas fronteiras. O dinheiro podia ser purificado através do matrimônio com uma boa linhagem, ao passo que a nobreza podia reabastecer seus cofres unindo-se a uma família rica. Tais alianças contudo estavam longe de ser fáceis ou casuais: o repúdio a famílias de comerciantes frequentemente frustrava casamentos que o amor, ou o mero interesse pessoal, parecia impor.

Essas observações gerais devem ser complementadas pelos poucos estudos confiáveis que se aventuraram a examinar mais detidamente as estruturas sociais de determinadas cidades. As lutas ao longo das margens das classes medianas, bem como as lutas intestinas que se travavam em seu meio, eram contínuas, árduas e desgastantes. Na cidade industrial

(*) Respectivamente “burguesia de posses” e “burguesia da cultura”, de *Besitz* (“posses”) e *Bildung* (“educação”, “cultura”). (N.T.)

de Barmen, na Alemanha, o *Bürgerum* perfazia, em 1861, 9 por cento da população, abrangendo desde homens economicamente poderosos, num extremo, até o ameaçado *Mittelsland*, no outro; 46 anos mais tarde, em 1907, esta porcentagem já ascendia a mais de 23 pontos, se bem que os acréscimos mais impressionantes tivessem ocorrido, compreensivelmente, nos escalões inferiores da sociedade. E mesmo este aumento relativamente modesto do número de integrantes das classes médias não era de modo algum generalizado: em Bochum, uma das principais cidades da região "siderúrgica" do Ruhr, a proporção dos *Bürger* apresentou incrementos mínimos entre 1858 e 1907, passando de pouco mais de 13 para cerca de 16,5 por cento, sendo que o verdadeiro salto ocorreu, tal como em Barmen, entre os escalões mais baixos dos funcionários públicos e dos trabalhadores de colarinho branco. No entanto, tais lutas compensavam o imenso dispêndio de energia e paciência, a despeito de reveses arrasadores e freqüentes. Na Grã-Bretanha, o número de contribuintes com renda anual de 200 libras esterlinas praticamente duplicou em duas décadas, passando de pouco menos de 9 mil em 1851 para aproximadamente 17 500 em 1871. Este crescimento acelerado se manteve relativamente constante até atingir o nível de 800 libras, quando passou a apresentar um declínio acentuado; no mesmo intervalo de vinte anos, o número de contribuintes que percebiam 2 mil libras anuais ou mais cresceu de 235 para 356, ou seja, ligeiramente acima de 50 por cento. Na Grã-Bretanha de meados do século, enquanto as camadas inferiores e sobretudo as classes médias razoavelmente prósperas iam diminuindo ligeiramente a distância que as separava dos burgueses mais abastados, os verdadeiramente ricos permaneciam inacessíveis, uma fonte de fantasias e invejas.

Alguns segmentos das classes médias gozavam de bastante prestígio, independentemente das rendas auferidas. As profissões liberais, notadamente no campo da medicina, do direito, da Igreja e da educação, elevavam seus integrantes acima dos patamares que a mera posse pecuniária lhes teria conferido. Seu número relativamente pequeno, bem como a consciência de constituírem uma elite coesa, evitavam a perda de prestígio: de 1851 a 1881, a proporção de advogados na Inglaterra e em Gales declinou de quatro para três em cada mil pessoas, enquanto a proporção de médicos e de clérigos se manteve constante, ao redor, respectivamente, de sete e de quatro em cada mil pessoas; somente os educadores, tirando partido da recente expansão das oportunidades educacionais, cresceram de cerca de um para 1,6 por cento da população. O dinheiro estava longe de ser irrelevante para esses profissionais: um advogado em busca de afirmação, um prelado ou um professor sem um tostão, decerto teriam dificuldades para encontrar uma parceira para o casamento. No entanto, seus caminhos para uma melhor condição social não se encontravam totalmente bloqueados. Na Inglaterra, na Alemanha, ou em qualquer outra parte, um jovem esforçado e atento às oportunidades podia transformar um doutorado ou um diploma universitário num passaporte para uma posição social.

Os números deixam dolorosamente claro que as populações burguesas — altas, médias ou baixas, ativas ou ociosas, do comércio ou das profissões liberais — viviam na mais completa miséria. Um fato decisivo da vida da classe média do século XIX, que fomentou suas ansiedades e formou sua consciência, é que os burgueses sempre e em toda parte foram uma minoria, mesmo nos centros comerciais urbanos. As classes médias compensavam em poder, conhecimentos e, por vezes, pretensões o que lhes faltava em número. No século XIX, apenas 10 ou 12 por cento da população de cidades como Bochum ou Barmen podiam atribuir-se o *status* de burgueses; já em Paris, onde pelo menos dois terços da população eram paupérrimos segundo qualquer padrão, talvez 15 por cento, se tanto, podiam chamar-se de burgueses com propriedade. Se de fato "a burguesia era a nação", como alguns oradores mais arrebatados gostavam de dizer, era-o apenas num sentido altamente figurado.

Mas o aspecto social mais dramático da experiência burguesa no século XIX era a desigualdade econômica, social e política que predominava no interior da própria burguesia;

suas divisões hierárquicas eram muito mais poderosas do que qualquer solidariedade de classe — exceto no caso de pressões externas exercidas por uma população rural radicalizada ou um movimento operário militante.

Todos os burgueses, antigos ou novos, os *grands bourgeois* ou os *petits bourgeois*, procuravam viver decentemente, educar seus filhos, decorar suas casas e deixar posses a seus herdeiros. Mas suas fontes de renda, assim como os montantes que percebiam, variavam acentuadamente. A distância entre o mais alto e o mais baixo degrau da "escada" burguesa era imensa, e a escada era por si só muito íngreme, de difícil ascensão. Na Bochum de 1895, 93 por cento da população se amontoavam no sopé da pirâmide econômica, ganhando até 3 000 marcos por ano (e às vezes muito menos); em conjunto, porém, sua renda não passava de dois terços dos rendimentos da cidade. Contrastando de modo gritante com esta realidade, a elite abastada da cidade, cerca de um por cento da população, respondia por 15 por cento da renda total. Disso decorre que muitos burgueses daquela cidade se achavam aglomerados na linha que separa os meramente desprovidos dos verdadeiramente miseráveis, e alguns deles chegaram a atravessá-la. Também em Barmen pelo menos dois terços dos integrantes óbvios das classes médias eram mestres-de-ofício e trabalhadores assalariados que lutavam arduamente para vencer na vida, enquanto somente um terço podia denominar-se "capitalista" ou "comerciante". E a maioria dos comerciantes tinha rendas de fato bem modestas.

Os funcionários, esse exército cada vez maior de burgueses respeitáveis e muito mal pagos, que labutavam nos escritórios de exportação, nas grandes lojas, nas empresas ferroviárias ou nas repartições públicas, se encontravam de modo geral ainda mais próximos do destino da miséria absoluta do que os comerciantes independentes. Na Inglaterra, a partir de meados do século, um funcionário de uma empresa privada teria um ordenado inicial de, digamos, 70 libras esterlinas por ano, chegando a perceber mais tarde talvez umas 200 libras ou, se fosse capaz ou tivesse bons contatos, o dobro dessa quantia. Quando, em setembro de 1900, P. G. Wodehouse, filho de "pais razoavelmente prósperos mas não ricos", começou a trabalhar para um banco londrino, seu salário inicial era de 80 libras por ano, uma magra quantia que seu pai complementava com outro tanto, sem entretanto tornar o jovem Wodehouse sequer remotamente próspero.¹⁷ Funcionários públicos geralmente começavam ganhando cerca de 125 libras e poderiam a longo prazo — a longuíssimo prazo — alcançar rendimentos de mil libras anuais ou mais; tais burocratas eram no entanto raros, e seus salários, excepcionais. Sabemos que o número de contribuintes enquadrados na faixa de renda superior a 2 mil libras totalizava apenas 356 cidadãos britânicos em 1871, ao passo que aqueles que se encontravam na faixa estratosférica das 5 mil libras não passavam de oitenta indivíduos naquele mesmo ano. Essa imensa discrepância entre 70 e 5 mil libras anuais constituía uma realidade prenhe de pressões, freqüentemente opressiva, na cultura das classes médias, do século XIX, tanto na Grã-Bretanha como em outros países. Na Paris de 1817, mais de metade da população pagava aluguéis abaixo de 150 francos, e uma quarta parte entre 150 e 400 francos. A grande camada mediana (constituída, sobretudo em seus estratos inferiores, de prósperos artesãos), que pagava aluguéis na faixa de 400 a 2 500 francos, perfazia uma quinta parte da população total, ao passo que apenas 0,8 por cento podia dar-se ao luxo de pagar mais de 2 500 francos de aluguel. Dentre esse punhado de gente rica, o ápice da pirâmide burguesa, alguns eram de fato abastadíssimos. Assim como os Krupp, eram capazes de implantar dinastias e de construir castelos; como o banqueiro-investidor* inglês James Morrison, podiam deixar a seus herdeiros 4 milhões de libras esterlinas. Esses industriais e comerciantes, financistas e fabricantes

(* *Merchant bankers*, os indivíduos que, com capitais próprios, fundaram os empreendimentos que hoje chamaríamos de bancos de investimento, financiando grandes projetos como por exemplo o Canal de Suez ou as ferrovias da Rússia. (N.T.)

de armamentos, se transformaram em lendas; chamar de "burgueses" a esses magnatas parece tirar do termo todo e qualquer sentido.¹⁸

Tampouco é possível recuperar um sentido para o termo "burguês" examinando-se os modos de comportamento, notadamente no que tange à busca das amenidades mais refinadas da vida, pois também esta se caracterizava pelas mais gritantes variações. Os *burghers* que viviam nas cortes norteavam-se pelos gostos e pela munificência das casas reinantes. Por outro lado, os *burghers* que viviam nas cidades-livres ou em capitais comerciais mostravam-se tão ativos no campo cultural quanto na política, alcançando seus objetivos quase exclusivamente através de associações voluntárias, às quais dedicavam a mesma energia perseverante que de ordinário empenhavam em ganhar dinheiro. Na Munique do século XIX, o teatro, a ópera, a orquestra sinfônica, os museus, a universidade, tudo foi criado e se manteve graças ao mecenato dos Wittelsbach. Os *Bürger* de classe média se reuniam em círculos informais para ler dramas e comédias, exhibir pinturas, executar peças para quartetos de cordas. E, quando queriam, podiam também pressionar os funcionários públicos encarregados da alta cultura na Baviera, formando um *lobby* em favor de suas preferências artísticas, que demonstravam lotando certas casas de espetáculos e afastando-se de outras. Essencialmente, contudo, era a casa real que dava o tom e fornecia os recursos para tudo o que de melhor havia em Munique na música, no teatro, nas artes plásticas e na universidade. Uma história diferente é a de Manchester. Sua famosa Orquestra Hallé, suas bibliotecas requintadas, sua universidade, seu conservatório e sua galeria de arte são todos empreendimentos particulares fundados e mantidos por doações privadas. Os benefícios solicitados à realeza viriam muito mais tarde e seriam puramente decorativos. A conduta dos cidadãos de classe média em busca de cultura não era entretanto inteiramente previsível: embora Berlim fosse a capital do Reino da Prússia e, a partir de 1871, do Império unificado da Alemanha, embora todos os seus magníficos museus tenham sido construídos às custas e sob as ordens dos Hohenzollern, a esplêndida Orquestra Filarmônica de Berlim foi fundada em 1882 como um empreendimento particular. "Havia bávaros dotados de arrojos dignos de um inglês, assim como ingleses que teriam preferido ver as artes dirigidas pela realeza, mas de modo geral a distinção é válida. Quando da inauguração da Alte Pinakothek em Munique, a placa de cobre comemorativa enumerava as mais importantes coleções que ali se encontravam e concluía, agradecida: "A Baviera deve este prédio e os tesouros artísticos nele contidos à nobre disposição de seus governantes, a Casa de Wittelsbach". Alguns anos mais tarde, os fundadores da Galeria de Arte de Birmingham colocaram um memorial comemorativo no saguão da entrada principal de seu museu, lançando um estilo burguês inteiramente diverso, mais lacônico e mais eloquente: "Com os ganhos da Indústria", dizia a inscrição, "promovemos a Arte".¹⁹

As classes médias, assim, não se mostravam unânimes nem mesmo em suas atitudes com relação à cultura mais refinada. É bem verdade que o movimento de filisteus burgueses, que críticos furiosos desde Heinrich Heine a William Morris não se cansavam de denunciar, não se infiltrara tão completamente na sociedade como eles gostariam de pensar. Mas estava suficientemente visível. Os diretores dos teatros de ópera se queixavam de que grande parte de seu público — incluindo o público mais esclarecido — obviamente preferia a dieta leve de Johann Strauss ao cardápio mais pesado de um Richard Wagner. Tudo isso era verdade mesmo em Munique, que no século XIX pontificava como uma das mais

(*) A Filarmônica de Viena foi formada em 1842 por músicos da Ópera Imperial; suas origens como "orquestra" remontam ao século XIII, e a característica de "filarmônica" (e não "sinfônica") provém sobretudo do fato de todos os instrumentos de cordas terem sido construídos e até hoje serem mantidos por membros de uma só família. A Filarmônica de Berlim, ao ser fundada, em 1882, emulava não só a de Viena como também a de Nova York (cujo primeiro concerto data de dezembro de 1842, menos de um ano após o primeiro concerto "oficial" da Filarmônica de Viena) no que diz respeito à organização dos seus patronos sob forma de um conselho curador. (N.T.)

brilhantes capitais musicais da Europa: os prósperos *Bürger* contentavam-se perfeitamente em assistir a "saraus musicais e declamatórios" que se constituíam de duetos populares frívolos, peças puramente exibicionistas para instrumentos solo e récitas divertidas.²⁰ Henry James não foi o único literato a deplorar a trivialidade dos romances contemporâneos e o baixo nível das críticas e resenhas literárias que dificilmente poderiam estimular qualquer pessoa a elevar-se acima do gosto popularresco por narrativas meramente divertidas, com sua intrigas melodramáticas, sua grosseria psicológica e seus previsíveis finais felizes. E James falava não das massas que, recentemente alfabetizadas, eram responsáveis pelo crescimento do público leitor, mas sim dos leitores das classes médias que seriam presumivelmente os consumidores mais intruídos da palavra impressa.²¹ Não percebia, nem tinha como perceber, que grande parcela dessa vulgaridade constituía uma defesa angustiada contra as exigências ferrenhas que a verdadeira cultura erudita vinha impondo às classes médias. Exclusivistas por opção, os grupos de admiradores da pintura de vanguarda ou da poesia esotérica surgidos no final do século certamente achariam quase impossível recrutar novos adeptos para seus círculos, em vista de sua dedicação à perseguição apaixonada do difícil.

Ao mesmo tempo, à parte a inescapável pretensão das classes médias à respeitabilidade, a pretensão à erudição é provavelmente mais característica de maior número de burgueses do que quaisquer outros de seus hábitos culturais. Críticos da cultura, eles mesmos um fenômeno tão típico do século quanto os filisteus que dissecavam, não tiveram dificuldades em desprezar o patético espírito de imitação das classes médias inferiores, o conformismo ansioso dos mais bem situados, o orgulhoso patronato dos ricos. Além disso, conforme já observei, muitos burgueses não acumulavam atributos culturais para deleitar os olhos, agradar os ouvidos ou comover as almas, mas sim para exibir a condição social e a riqueza recentemente adquirida, na melhor tradição dos *parvenus*. Os notáveis *Veneerings** de Charles Dickens, onde tudo na casa cintilante e opulenta era "novinho em folha" e não passava de aparência, fornecem caricaturas bastante adequadas.

Não obstante a presença palpável de muitos filisteus e burgueses ambiciosos no mutável e agitado século XIX, havia também muitas famílias de classe média que estimavam sinceramente sua cultura, seu refinamento. Poucos lares burgueses estariam completos se não tivessem quadros nas paredes, música na sala de estar, clássicos nas estantes de portas envidraçadas. Os burgueses, homens e mulheres, cantavam, desenhavam, frequentavam assiduamente concertos e apresentações literárias, recitavam e até mesmo escreviam poesias. Os esplêndidos saraus musicais que o ilustre cirurgião alemão Theodor Billroth — ele mesmo um pianista de primeira grandeza — oferecia em sua acolhedora casa em Viena, em cujos salões inúmeras obras de câmara de Brahms tiveram sua estréia, eram extraordinários apenas pela sua qualidade. Conseqüentemente, a acusação bastante difundida, e apenas em parte jocosa, de que tais talentos fossem tão-somente iscas lançadas por jovens casadoiras a fim de atrair pretendentes elegíveis e qualificados era em boa parte espúria. "Para que se tenha uma idéia da extensão do diletantismo por aqui", escrevia o correspondente de Viena da *Leipziger Musikzeitung*** em 1808, "toda moça culta, seja ela talentosa ou não, tem que aprender a tocar piano ou a cantar; em primeiro lugar, porque é moda, e em segundo, por ser o meio mais conveniente de exibir-se em sociedade, de modo a, se a fortuna lhe sorrir, fazer um casamento notável".²² Algumas décadas mais tarde, esta anedota misógina estava um tanto gasta. As "mocinhas casadoiras" da classe média

(*) Literalmente, "aparência". Esboços ou vinhetas da vida londrina, que também se agregam formando os "murais" dos grandes romances. (N.T.)

(**) "Revista Musical de Leipzig." Leipzig, onde a casa de Schumann era ponto de encontro de poetas e escritores, além de músicos, era outro grande pólo cultural à época. (N.T.)

eram freqüentemente muito talentosas, por vezes eméritas pianistas.* Em 1884, a revista inglesa *Musical Opinion* relatava que a Alemanha podia orgulhar-se de ter cerca de 424 fábricas produzindo cerca de 73 mil pianos por ano, sendo que estes pianos eram efetivamente bem tocados.²³ As pretensões das classes médias à erudição constituem pois um ingrediente marcante e útil para uma possível definição da burguesia. Por mais problemáticas que fossem, por mais ambíguos que fossem os seus motivos, tais pretensões eram de qualquer modo bastante difundidas e em boa dose autênticas. E ainda assim as maneiras por que se realizavam eram distintas e variadas.

Em meio a essa atmosfera de incerteza e de um crescente e incontido pluralismo que favorecia choques de interesses políticos e conflitos sociais irreconciliáveis, tornou-se comum, significativamente, rotular elementos importantes das classes médias de modo bastante inventivo, pitoresco e a rigor ilógico. Nos primórdios da Monarquia de Julho, foi Stendhal quem estabeleceu o padrão dessa rotulação: "Os bancos", escreveu, "são os donos do Estado. O burguês substituiu o Faubourg Saint-Germain, e os banqueiros são os aristocratas da classe burguesa". Analogamente, em 1843 o burocrata prussiano Otto Camphausen observava que seu Estado era governado por servidores públicos de carreira, "um certo tipo de aristocracia de peritos".²⁴ O epíteto "aristocracia financeira", em parte invejoso e em parte carregado de desprezo, se espalhou pela Europa; os termos *Geldaristokratie* na Alemanha e *aristocratie financière* na França se tornaram coloquiais. E os alemães se referiam a funcionários pobres que em geral ganhavam menos do que operários qualificados, como "proletários de colarinho duro" — *Stebkrägenproletarier*. Mais tarde, o termo "aristocracia dos trabalhadores", essa engenhosa invenção marxista aplicada a artesãos geralmente bem pagos e de inclinações políticas moderadas, sublinhava as intenções tendenciosas inerentes a uma tal nomenclatura imaginativa e ilustrava bem a dificuldade de se definir as classes médias com alguma precisão. É sintomático que tal confusão lingüística deliberada haja sobrevivido ainda no século xx, mesmo no discurso de historiadores ilustres. "Quer estejamos nas nuvens ou na sarjeta", escreveu Johan Huizinga em 1935, "nós, holandeses, somos todos burgueses — o advogado como o poeta, o barão como o operário. Nossa cultura nacional é burguesa em qualquer sentido que se queira dar à palavra".²⁵ Tampouco deve surpreender que um jornal inglês chamasse o rei Luís Filipe em 1849, ou seja, no ano seguinte ao de sua renúncia ao trono, de "o gigante dos monarcas mercantis, o grande negociante e mercador".²⁶ Desafiando qualquer lógica ou ordenamento de idéias, a palavra "burguesia" parecia ser simultaneamente estreita e abrangente demais para caracterizar de modo adequado as classes médias.

Todos esses epítetos capturam grupos de auto percepções ambíguas e de fantasias candentes e geralmente frustradas. Artesãos independentes, ainda que se encontrassem à beira da penúria, transformavam-se em verdadeiras feras ao defenderem o seu *status*.²⁷ De outro lado, ricos industriais tinham de enfrentar a humilhante resistência de aristocratas, freqüentemente muito mais pobres que eles, em seus esforços para ingressar em regimentos exclusivos ou para obter condecorações ou títulos honoríficos. Mesmo assim, muitos deles (ainda que não todos), tão desesperados à sua maneira quanto os humildes funcionários ou os artesãos semifamintos, de algum jeito conseguiam galgar os degraus da pirâmide social.

Esses grupos, precariamente colocados nas fronteiras de sua classe, eram excepcionalmente suscetíveis a destinos ambíguos. No entanto, o próprio núcleo central da burguesia — o *burgher* solidamente estabelecido, quer fosse industrial bem-sucedido, dona-de-casa instruída, burocrata medíocre, médico ou professor ilustre — tampouco se encontrava consolidado. Clínicos gerais tinham suas desavenças com cirurgiões e especialistas. Aca-

(*) Uma das primeiras grandes concertistas foi Clara Wieck, depois Clara Schumann, cujas *tournees* chegaram a sustentar a família quando o marido faleceu. (N.T.)

dêmicos apegados aos currículos clássicos lutavam com cientistas inovadores pela obtenção de escassos recursos. Mercadores e comerciantes pelejavam pelo livre comércio contra industriais que buscavam formas de protecionismo. O dinheiro tradicional desprezava profundamente o dinheiro recentemente adquirido, nobres empobrecidos olhavam com desdém os prósperos novos-ricos. Os mercadores ingleses proclamavam fidelidade inabalável ao seu monarca com fervor igual ao dos mercadores russos, porém, ao passo que entre os russos esta atitude fazia parte de seu repertório de bajulação, entre os ingleses era um tributo espontaneamente oferecido por homens dignos. Esses conflitos, assim como outros mais, freqüentemente eclipsavam colaborações e alianças burguesas.

Para facilitar nossos esforços para a obtenção de uma definição utilizável do que foi a burguesia, tampouco podemos contar com esse antigo e infalível recurso — o "caráter burguês". Para a implacável *avant-garde*, o assunto era de fácil solução. Elogiando as hábeis e maliciosas caricaturas com que Henry Monnier, conhecido ator e cartunista, satirizava os desafortunados tipos da classe média francesa, Théophile Gautier achava-os impressionantemente verossímeis: "Seus personagens burgueses — e ninguém os pinta com mais veracidade — são tão enfadonhos como os burgueses da realidade cotidiana, com suas infundáveis torrentes de chavões e suas sôbrenes besteiras. Não se trata mais de comédia: já é estenografia".²⁸ Perseverante, ordeiro, prudente — psicanalistas de salão mais tarde o chamariam de o "tipo anal por excelência" —, o burguês era antes de mais nada um chato. Era, ou aspirava a ser, alguém que vivia de rendas. Outros observadores das classes médias, no entanto, davam-lhe um caráter bem diverso. Em 1889, o influente crítico literário e biógrafo dinamarquês Georg Brandes denunciava a burguesia de seu tempo como um "Calibã no governo", "que havia herdado o defeito característico da antiga aristocracia, a arrogância".²⁹ O seu burguês era o explorador materialista e hipócrita. E de fato não havia um burguês típico: o empresário inescrupuloso e o engenheiro criativo lhe serviam de modelo tanto quanto o quitandeiro pacato e o burocrata pedante. O arrojo e a prudência eram características burguesas de peso igual. O que os burgueses do século xix tinham em comum era a qualidade negativa de não serem nem aristocratas nem operários, e de se sentirem mal em suas próprias peles. O que os dividia, entretanto, era quase igualmente importante, e constituía uma fonte de tensões reais. Aqueles que se propuseram, no século xix, a caracterizar o burguês — e quase todo mundo o tentou — sabiam menos do que acreditavam saber.

2. SIMPLIFICAÇÕES TENTADORAS

A necessidade de viver segundo classificações nitidamente delineadas está profundamente arraigada na mente humana e constitui uma de suas primeiras exigências; a simplicidade alivia ansiedades por meio da eliminação das discriminações. Situações reais raramente são nitidamente definidas, e sentimentos reais freqüentemente são verdadeiros vespéiros de ambivalência. Isto é algo que o adulto aprende a reconhecer e a tolerar, se tiver sorte; trata-se no entanto de uma percepção penosa da qual regredirá na primeira oportunidade que se lhe ofereça. É por isso que o temperamento liberal, que ensinou as pessoas a conviverem com incertezas e ambigüidades, a conquista mais triunfante da cultura do século xix, era tão vulnerável aos ataques de visões mais cruas do mundo, ao fanatismo dogmático, ao chauvinismo e a outras classificações grosseiras e simplistas. "Toda sociedade", escreveu Friedrich Nietzsche num de seus aforismas mais brilhantes, "tende a se degradar e, por assim dizer, a deixar morrer de inanição seus adversários — pelo menos os que percebe como tais". Os criminosos eram, no seu entender, vítimas de um tal processo regressivo; o mesmo se aplicava aos judeus. E "entre os artistas, os 'filisteus e os burgueses' se transformam em mera caricatura".³⁰ Nietzsche poderia bem ter acrescentado que as van-

guardas artísticas, apenas estabeleciam os padrões que seriam seguidos pela cultura mais ampla. A consciência de classe, que emergiu aos trancos inicialmente, e de modo cada vez mais agressivo no fim do século XVIII e ao início do século XIX, venerava tal caricatura: uma mistura de realidades sociais e necessidades inconscientes.

Deixando simplesmente à margem qualquer evidência complicadora, eliminando sumariamente quaisquer dúvidas e empregando o que supunham ser indicadores objetivos e impressões subjetivas, tudo igualmente problemático, jornalistas, políticos e romancistas do século XIX falavam e escreviam como se a burguesia fosse uma entidade social sólida, única, definível e imensamente importante. Suas definições desafiavam fatos inconvenientes tais como o de que a consciência não-conformista na Inglaterra tendia a produzir um tipo de burguês diferente daquele originado da consciência católico-romana na Toscana; ou que as famílias da classe média superior de Lille arranjavam os casamentos de suas filhas, enquanto famílias igualmente respeitáveis de Washington permitiam que elas se casassem por amor; ou que alguns burgueses viam nos industriais seu ideal moderno, enquanto outros os desprezavam por considerá-los arrivistas grosseiros.

Todos, porém, ou quase todos, se utilizavam da linguagem de classes com naturalidade. Em seu estudo fidedigno da burguesia parisiense da primeira metade do século XIX, Adeline Daumard narra um episódio divertido que demonstra a maneira pela qual tal linguagem se impôs mesmo àqueles que com maior ferocidade negavam sua utilidade. Dirigindo-se à Câmara dos Deputados em 1847, Garnier-Pagès argumentava que "em nosso país não existem mais classes" e denunciava as "detestáveis" teorias de Guizot, segundo as quais havia "classes diferentes, a burguesia e a pobreza". E prosseguia, com toda a inocência: "Vejo aqui presentes muitos burgueses". O plenário recebeu o discurso com gargalhadas.³¹ Ao que parece, a força desse vocabulário era irresistível.

Poetas e romancistas não eram menos inequívocos ao escolherem suas palavras. No ensaio "Lutezia", escrito já em sua maturidade, Heinrich Heine gracejava sobre o "novo mundo dos filisteus" que via à sua volta "numa era industrial e burguesa"; Henry James se referia livremente a "gordos sofás burgueses"; Marcel Proust fez com que o seu personagem janota, Bloch, renunciasse ao relógio de bolso e ao guarda-chuva por serem "insípidos implementos burgueses".³² Pode ser inconveniente que todas essas utilizações do adjetivo "burguês", assim tomadas em conjunto, não resultem num retrato coerente; elas não caracterizam nem satirizam os mesmos aspectos. Mas isso não pareceu incomodar ninguém. Henry James, como sabemos, escolhia suas palavras com o máximo cuidado, assim como Heinrich Heine, Marcel Proust ou Alexis de Tocqueville. Outros, menos fastidiosos, lançavam mão de epítetos menos limitados. E nenhum deles, apesar disso, teve qualquer dificuldade em fazer-se compreender. Os burgueses podiam ser vistos na Câmara dos Deputados da França, nos gordos sofás burgueses, com insípidos guarda-chuvas burgueses: assim era possível ter-se um significado claro, com limites nitidamente definidos, do que era o "burguês".

E não era verdade que o burguês já era visível havia séculos? Um dos caminhos usados pelos estudiosos do burguês na tentativa de defini-lo foi o de trilhar a sua história. Parece ser um procedimento bastante razoável, particularmente tendo-se em vista que as evocações e caracterizações dos burgueses no século XIX pouco tinham em comum, além do fato de que todas asseguravam haverem eles formado uma classe. Mas esse caminho tinha também os seus problemas. Pois o que os historiógrafos fizeram com o passado dos burgueses, tanto com o remoto quanto com o mais recente, foi simplesmente desenvolver a lenda popular mais durável, persuasiva, e pertinaz, a da burguesia em ascensão. O espetáculo de uma classe de *burghers* que se afirmavam, sem qualquer altruísmo e sem qualquer vergonha do seu mercantilismo, abrindo caminho a cotoveladas e galgando as escadas do poder e da riqueza através dos séculos, deve ser a explicação histórica mais popular já inventada. Ela abreviou inúmeras investigações e simplificou muitas respostas. O que tornou

essa explicação particularmente sedutora é o fato de que ela é de todo falsa. No entanto, por ser muito versátil e lindamente vaga, foi posta a serviço da necessidade de explicar um período de mais de seis séculos de história ocidental: a emergência das cidades medievais, o nascimento do capitalismo, a Reforma protestante, a expansão europeia para além-mar, a consolidação dos Estados absolutistas, a Guerra Civil inglesa, a vertiginosa carreira do pensamento científico, e, naturalmente, o Iluminismo do século XVIII. Quanto ao século XIX (para prosseguirmos acompanhando esse acrobata das explicações até seus saltos-mortais mais recentes), à burguesia costuma-se atribuir o crédito, ou a culpa, pela Revolução Industrial, pelas revoluções políticas que varreram a Europa a partir de 1789, pela ascensão do gosto medíocre e pelo moderno imperialismo. Todas as vultosas realizações do século XIX: urbanização, industrialização, mecanização — revoluções menos dramáticas porém também menos efêmeras do que as barricadas construídas por operários e trabalhadores e as constituições rascunhadas por políticos — são, conforme nos vem sendo dito, o resultado de obras da burguesia, que naturalmente também melhoraram a sua situação. Não é por acaso que o conhecido relato de Charles Morazé sobre o século XIX³³ leva o título de *O triunfo da burguesia*. Difícilmente poderia ter escolhido outro título.

Conforme sugere a lenda popular, tal triunfo não se restringia às esferas política ou econômica. Os burgueses conquistadores pareciam tão irresistíveis no âmbito do gosto e das idéias quanto o eram na legislatura ou na bolsa de valores. Impunham seus pensamentos e sentimentos às classes superiores e inferiores de igual modo. Por isso, o fato de que uma monarca, a rainha Vitória, tenha dado ao século o seu nome enquanto ainda reinava, apenas comprova a forma decisiva pela qual a burguesia havia estabelecido sua supremacia; afinal de contas, como diziam com afeto ou com desdém alguns de seus contemporâneos, ela era a mais burguesa entre todos. Até ser desafiada pelos movimentos radicais que surgiram no final do século XIX, a burguesia não tinha obstáculos a estorvar-lhe o caminho. Segundo-nos foi ensinado, a Revolução Francesa e suas ramificações em outras partes proporcionaram benefícios imensos e aparentemente irreversíveis às forças burguesas, num país após outro; a Revolução de 1830 levou ao trono o paradigma da burguesia, Louis Philippe, que nem o guarda-chuva dispensava; a grande Lei de Reforma de 1832 assegurou a primazia política à classe média inglesa. Mais tarde, prosseguem os relatos, a burguesia completou alhures sua ascensão a posições de influência decisiva, apesar de todos os reveses temporários que sofreu após as tímidas e mal-organizadas revoluções de 1848. Mas não seriam as derrotas de 1848 uma prova das incríveis distâncias já percorridas pelas classes médias? Seu precipitado e ansioso recuo de fins de 1848 e de 1849 não terá sido um comentário sardônico à sua participação na sociedade? Tendo sido apenas meio século antes um partido de mudanças, não se transformava a burguesia agora no partido da ordem? E, pouco depois, não seria retomada sua ascensão rumo ao poder? Com estas avaliações, observadores no século XIX não apenas antecipavam como também fomentavam o veredicto de historiadores futuros, de que a burguesia sempre avançava até atingir, em última instância, o seu triunfo. Resumindo isso tudo em fins da década de 1830, Michel Chevalier dizia que "hoje é fato universalmente aceito que a classe média reina na França".³⁴ Em suma, durante os últimos 150 anos vêm-nos sendo dito que o século XIX foi o "Século da Burguesia". Ninguém poderia ter dúvidas a esse respeito.

Ou quase ninguém. Alguns historiadores céticos vêm labutando, sobretudo em monografias especializadas, para tentar modificar esse veredicto exagerado, e uns poucos têm feito tentativas de erradicá-lo por completo. Argumentam que ele explica demais e, por conseguinte, explica muito pouco. Questionam a idéia de que a burguesia era politicamente dominante na Inglaterra a partir de 1832, e afirmam que na Alemanha ela jamais o foi, quer na política quer na sociedade. Até mesmo lançam dúvidas sobre a atraente e divertida descrição de Louis Philippe como um "rei burguês". Na verdade, Friedrich Engels, que, assim como seu amigo Karl Marx, foi dos primeiros a rotular sua era como o "século bur-

guês”, no fim da vida pôde distanciar-se de uma de suas formulações prediletas. Em 1845, ele havia assegurado sem rodeios que “a classe dominante na Inglaterra, como em todos os outros países civilizados, é a burguesia”. Em 1892, entretanto, escrevia: “Na Inglaterra, a burguesia nunca manteve sozinha o poder. Mesmo a vitória de 1832 deixou à aristocracia rural a posse quase exclusiva de todos os cargos governamentais de peso. A docilidade com que as classes médias abastadas se submetem a esse estado de coisas”, confessava Engels, “é algo que não consigo compreender”.³⁵ Sua reviravolta tardia vem sendo confirmada por pesquisas históricas mais recentes. Nem por isso a noção de que o século XIX foi o século da burguesia, e de que isso lhe foi muito prejudicial, deixa de ser ainda hoje parte do estoque de conhecimentos geralmente aceitos, indispensáveis aos nossos sentimentos de compaixão para com nosso passado recente.

3. UMA BATALHA DE PERCEPÇÕES

Todos esses esforços para se definir a burguesia nada mais são que uma batalha de percepções. Mas nem todos os pontos de vista tiveram idêntico modo de expressão. A julgar-se pela reputação que gozam as classes médias do século XIX, parece que as descrições contemporâneas e as avaliações posteriores mais eficazes foram escritas pelos seus críticos. Suas caricaturas freqüentemente malévolas, apesar de altamente persuasivas, se tornaram praticamente canônicas — mas não totalmente, pois retratos burgueses auto-elogiosos tampouco constituíam raridades à época, nem deixam de ter ainda hoje algum apoio.

Heinrich Heine, esse incomparável inventor de metáforas, demonstra quão imaginativas, engraçadas e mortíferas podiam ser as caricaturas antiburguesas. Passeando pelo Salão de Paris de 1843, observou um tanto desgostoso que, qualquer que fosse o objeto retratado pelos quadros expostos, todos eles estavam dominados pelo moderno espírito burguês, o espírito do egoísmo e da ganância. A maior parte dos retratos, escreveu, “têm uma expressão tão pecuniária, tão egoísta, tão mal-humorada!” Até mesmo uma pintura que mostrava a flagelação de Cristo despertou desagradáveis associações comerciais em Heine; o Cristo representado lembrava-lhe “o diretor de um banco falido”. E os grandes quadros históricos, a despeito dos temas grandiosos que pretensamente retratavam, lhe traziam à mente “pequena lojas de varejo, especulações na bolsa de valores, qualidades mercantis, um filistinismo burguês”.³⁶

Como outros comentaristas hostis ao que chamavam de a nublada era burguesa, Heine considerava aqueles a quem glosava como os donos do mundo moderno uma fonte de tédio infinito, um termo que, aparentemente inócuo, ocultava por trás de seu sentido óbvio uma boa dose de incontida ira. Cada crítico tinha seu modelo favorito de burgueses chatos: Stendhal escarnecia todos os provincianos; Flaubert, praticamente todos os franceses. Heine, por seu turno, detestava as classes médias inglesas, que, segundo ele, constituíam a própria encarnação do materialismo vulgar e da devoção egocêntrica. Um autêntico discípulo de Stendhal tanto nesse como em vários outros aspectos, Heine lamentava que, com a morte de Napoleão, se tivesse extinguido a era dos verdadeiros heróis; os modernos burgueses, escreveu ele, admiravam “um tipo bem diferente de herói, como o virtuoso Lafayette ou James Watt, o fiandeiro de algodão”.³⁷ Mais veemente ainda do que Heine, Gustave Flaubert sentia um desprezo tão profundo pela burguesia que chegava às raízes de uma aversão neurótica: considerando os burgueses literalmente nauseantes, de uma feita assinou uma carta como “o burguesófobo”. Queria ele que sua fobia fosse levada a sério. Outros alegremente se aliaram a Flaubert em sua luta pela boa causa, incluindo a arrojada e talentosa jovem russa Marie Bashkirtseff, autora de diários, que, irritada pela indiferença silenciosa com que Zola recebia suas propostas e prevendo corretamente que ele continuaria a ignorá-la, lhe escreveu: “Não suponho que o senhor dará resposta à presente: dizem-

me que na vida real o senhor não passa de um completo burguês”.³⁸ A intenção da missão era a de insultar Zola, e certamente como tal foi interpretada.

Uma forte razão pela qual a fobia de Flaubert persistiu durante todo o século XIX, e ainda ressoaria entre historiadores posteriores, foi a aparentemente irrefutável afirmação da *avant-garde* de que as classes médias eram incapazes de sentir ou de dar amor com sinceridade. Esta acusação equivale a outra: a de que, por sua grosseria e por seu racionalismo mecânico, os burgueses convertiam tudo em mercadorias, toda e qualquer experiência nas frias operações de soma e subtração. É certo que, sendo humanos, os burgueses — pelo menos os machos dessa desafortunada espécie — ansiavam por satisfação sexual, porém não conseguiam fundir sua sensualidade com afeição. Os pródigios elogios do amor que permeavam a poesia que os burgueses tanto gostavam de ler, bem como as cartas que tanto gostavam de escrever, eram considerados como mero sentimentalismo, como uma máscara para a incapacidade emocional e a mais depravada lascívia. Vistas sob este ângulo, a idéia do amor romântico do século XIX e as tão alardeadas vidas íntimas irregulares de seus artistas não passam de censuras àquele monumento à insinceridade, àquela fachada suave e enganosa, o casamento burguês. Aquilo que Sigmund Freud mais tarde descobriria ser um sintoma patológico comum entre homens com fixação em suas mães, tornou-se o diagnóstico que os burguesófobos faziam das atitudes prevalentes na burguesia: “quando amam não desejam, quando desejam não podem amar”.³⁹ Segundo uma de suas colocações preferidas, os maridos de classe média viam suas esposas como donas-de-casa competentes, mães extremosas, e desastres eróticos. Gavarni, o célebre caricaturista e comentarista social francês, entreteinha seus amigos — incluindo os irmãos Goncourt, romancistas e memorialistas infatigáveis — com histórias horripilantes das pedantes mulheres burguesas que ele havia seduzido: segundo ele, eram mulheres obcecadas por regulamentos e mártires da pontualidade. Reprendiam-no por atrasos de cinco minutos e, numa ocasião, uma burguesa marcou um encontro com ele para dali “a cinco meses e uma semana”.⁴⁰ Num de seus primeiros cadernos de apontamentos, ao escrever a respeito do amor, Leopold von Ranke expôs o assunto de maneira menos frívola: “Todo relacionamento que não surja da compreensão ou do amor é pecaminoso: pois, exceto essas duas idéias, ele só pode se basear num objetivo mundano comum, o das vantagens burguesas inferiores”.⁴¹ As clássicas denúncias formuladas por Marx e Engels ecoaram portanto favoravelmente entre muitas pessoas que não eram marxistas: “O burguês vê em sua mulher um mero instrumento de produção”, escreveram eles no *Manifesto comunista*; de fato, “nossos burgueses, não satisfeitos por terem à sua disposição as esposas e filhas de seus proletários, sem mencionar as meretrizes, têm imenso prazer em seduzir as mulheres uns dos outros”.⁴² A burguesia, em suma, além de não ser amada, não sabia amar.

O historiador precisa tratar tais julgamentos com o maior cuidado. Alguns deles eram a projeção das neuroses dos próprios críticos sobre um alvo público reconhecidamente vulnerável; nada mais tentador do que desdenhar o que não se pode alcançar e lançar sobre o burguês os desejos e as qualidades que se receia encontrar em si mesmo. Outros constituíam tributos paradoxais a uma cultura liberal, que abria suas portas a seus detratores mais apaixonados e ferrenhos como nenhuma outra cultura o havia feito antes. E outros simplesmente repetiam antigas invectivas, cuja plausibilidade originava-se justamente da mera repetição. A gélida intensidade e o variadíssimo vocabulário que Heine, Marx e seus companheiros puseram a serviço de sua ira, de seu desprezo, da náusea que sentiam só em pensar na burguesia, jamais foram ultrapassados e raramente igualados. No entanto, não constituíam novidade. Tratava-se de uma tradição muito antiga e, pelos meados do século XIX, muito rica em expressões depreciativas. Remontava pelo menos à época de Jesus, que, segundo relatam as Escrituras, expulsou os vendilhões do templo e demonstrou bastante pessimismo quanto às chances que teriam os ricos de ingressar no céu. Tal pessimismo não se amorteceu nem na Roma pagã nem na Idade Média cristã, e foi resgatado para a moder-

nidade através da ambivalência dos reformadores protestantes. O surgimento do Estado moderno e da sociedade moderna ofereceu aos burgueses primorosas oportunidades de obter riqueza e poder, porém, tal como acontecia antigamente, desdenhosas sátiras e denúncias iradas, freqüentemente mescladas de inveja, os perseguiram incontinenti.

Em fins do século XVIII, os detratores da burguesia adicionaram novas acusações ao seu repertório, e se expressaram com maior ênfase. Os poetas rebeldes do *Sturm und Drang*, liderados pelo jovem Goethe do *Wertber*, defendiam energeticamente a idéia de que a burguesia não era ignóbil apenas quanto ao *status* que ocupava, mas também no tocante ao seu estilo. E, em muitos países, românticos de várias orientações levaram esta mensagem para o século XIX. E. T. A. Hoffmann a dramatizou com sua famosa e irônica inversão: dava a entender a seus leitores que seu personagem predileto, o maestro louco Johannes Kreisler, era de fato muitíssimo mais sã do que seus mundanos e mediocres concidadãos, cujo estimado equilíbrio mental na realidade não passava de falta de requinte espiritual, da fatal ausência de senso estético. As artes — a pintura, a poesia, mas sobretudo a música — tornaram-se uma espécie de doença sagrada, por vezes até mortal; a boa saúde e a consciência limpa do respeitável *Bürger* eram o estigma de uma obtusidade invencível. Nos primórdios do século XIX, os Estados alemães, assim como a França e outros países civilizados, se viram abarrotados de jovens Kreislers pálidos de tédio, que na verdade era ira, desafiando o mundo filisteu com suas pinturas, suas composições musicais, seus versos e seus manifestos. Boa parte disso não era mais do que uma encenação da revolta que os jovens sentiam contra seus pais, que haviam acumulado poder político e influência artística. Mas quaisquer que fossem suas origens, essas manifestações eram eletrizantes; a burguesia se viu forçada à defensiva justamente naquelas décadas em que se saudavam, ou se deploravam, seus mais retumbantes triunfos. Heine e Flaubert somente não se tornaram representativos de todo esse movimento de revolta por terem se deixado levar a excessos de pura eloquência. Outros, menos extravagantes e menos dotados de imaginação, aprenderam com eles. Disso tudo decorre que, em 1857, quando Flaubert publicou *Madame Bovary* tais opiniões não eram nada raras; e quando ele faleceu, em 1880, sua pequena vingança particular contra os filisteus reinantes havia se transformado num movimento de massas. Aquelles poucos afortunados, a elite cultural sonhada por Stendhal nos idos de 1830, meio século depois se haviam tornado muitos, ainda que dificilmente pudessem ser chamados de afortunados. E, embora os mais hábeis combatentes dessa cruzada fossem em geral franceses, os pioneiros do movimento foram os alemães; e não se deve esquecer que *Culture and Anarchy* [Cultura e anarquia], um texto de Matthew Arnold que de modo algum foi negligenciado, deixa claro que na década 1860 o desprezo pelos filisteus da classe média havia alcançado a Inglaterra.

À medida que as invectivas contra os detestáveis filisteus se disseminavam, o epíteto "burguês" perdia muito de sua especificidade. Os adversários da luz e da beleza contavam em suas fileiras com praticamente todo mundo, excetuando-se somente meia dúzia de escolhidos. "Quando falo da burguesia", alertava Friedrich Engels aos leitores de *The Condition of the Working Class in England in 1844*, [A condição da classe operária na Inglaterra em 1844], "incluo nela a assim chamada aristocracia".⁴³ Duas décadas mais tarde, em 1862, pouco após haver concluído *Salammbo*, seu estranho e sanguinário romance sobre Cartago, Flaubert escrevia a um amigo que tinha esperanças de, com esse romance, "irritar os burgueses, ou seja, irritar todo mundo".⁴⁴ Por mais polêmica e tendenciosa que fosse a retórica dessa cruzada, seus sentimentos eram os mais autênticos possíveis. Os cruzados se viam como desesperançados paladinos de uma cultura em extinção, que, temiam eles, estava sendo varrida por uma invasão maciça de banqueiros, comerciantes e burocratas recentemente enriquecidos, politicamente poderosos e esteticamente ignorantes, e por um séquito de mascates e funcionários subalternos, ainda mais vulgares do que seus senhores, que formavam a retaguarda da burguesia.

Contudo, apesar de toda a sua verve e de toda a sua influência, esses cruzados anti-burgueses não detinham o monopólio da opinião pública acerca das classes médias. Não faltaram à era vitoriana observadores geniais, que se regozijavam com o que se lhes afiguravam contribuições impressionantes das classes médias para o progresso da civilização. Conforme disse com bastante firmeza o influente sociólogo e historiador da cultura alemã, o conservador Wilhelm Heinrich Riedel, em meados do século, "é a ordem burguesa que, desde antigamente, estabelece as trilhas de movimentos sociais justificados, das reformas sociais". E acrescentou solenemente, referindo-se a sua própria época, que o *Bürgertum* "detinha a maior parte do poder material e moral. Toda a nossa época está imbuída do caráter burguês".⁴⁵ E não dizia isto sem satisfação, pois se considerava um *Bürger*.

Tal noção auto-elogiosa fazia parte de uma antiga tradição. Havia séculos, todas as cidades se orgulhavam de que seus magnatas de classe média, que presidiam empresas comerciais, corporações de ofícios ou clãs familiares, apoiassem as artes e fomentassem as ciências. Grandes príncipes-mercadores como os Medici, cuja generosidade para com sábios e poetas, pintores e escultores, músicos e arquitetos era proverbial, haviam sido mercadores antes de se tornarem príncipes. E o que a alta cultura florentina devia aos seus burgueses mais ricos, a alta cultura de outras cidades desenvolvidas — Bruges, Edinburgh, Amsterdã, Nürnberg — deviam aos seus patriciados de classe média. Os patricios que dominavam os grandes centros comerciais da incipiente idade moderna, homens que recusavam títulos nobiliárquicos e consideravam sua vocação mercantil não apenas lucrativa mas também digna, não viam motivo algum para se envergonharem de sua posição no mundo. Nós os vemos nos retratos pintados por excelentes artistas como Hans Holbein, o Jovem, com todos os atributos característicos do comerciante — folhas de caixa, balanças de pesar ouro, até mesmo dinheiro —, retratos que imortalizam um *status* social que não precisa se justificar, que é forte e pleno de respeito próprio. E essa camada média da sociedade também encontraram apologistas persuasivos e espirituosos: Addison em seu *Spectator*, e Voltaire em suas famosas cartas sobre os ingleses, elogiavam o comerciante pacífico e tolerante precisamente porque ele permanecia intocado pelos ideais grandiloquentes, destrutivos e essencialmente infantis da aristocracia. Talvez até com uma pequena dose de perversidade, Addison e Voltaire achavam que mesmo os especuladores da Bolsa tinham algo de admirável.

De modo mais sóbrio, em sociedades onde os comerciantes adquiriam igualmente grandes fortunas e grande fama, os ideólogos da classe média tomavam sua própria classe por verdadeiro repositório de virtude cívica, destinada a exercer o poder no Estado e a liderança na cultura. Em princípios do século XVIII, Daniel Defoe proclamava que o comércio, na Inglaterra, estava longe de ser "incompatível com um *gentleman*";⁴⁶ uma visão positiva que teve repercussões favoráveis no século XIX. "O valor das classes médias neste país", escreveu James Mill em 1826, "e seu crescimento, tanto em número quanto em importância, são reconhecidos por todo mundo. Há muito tempo se fala dessas classes, e mesmo seus superiores se referem a elas, sem ressentimentos, como a glória da Inglaterra". Quatro anos mais tarde, num daqueles imprecisos porém impressionantes desvios de linguagem que já mencionei, o radical lorde Brougham confundia as classes médias inglesas com a própria nação. "Quando falo do povo", disse ele, "falo das classes médias, a riqueza e a inteligência do país, a glória do nome da Grã-Bretanha".⁴⁷ É significativo que Brougham, um lorde recentemente nomeado, ao invés de procurar ocultar suas origens de classe média, enfaticamente proclamasse suas virtudes. E mesmo burgueses inclinados a auto-elogios menos extravagantes ainda assim exigiam, em termos bastante fortes e nada ambíguos, o respeito que lhes era devido. Em 1885, refletindo sobre o caráter dos "estratos inferiores da burguesia alemã", o publicista literário Robert Prölss punha em evidência sua "honestidade, perseverança, firmeza e personalidade sólida".⁴⁸ Oito anos depois, Charles Needham definia o *Bürger* como um homem dotado de "algum orgulho de seus ancestrais, sem os sen-

timentos exclusivistas da nobreza". Quer a sua renda seja grande ou não, "ele vive de acordo com o que tem ao seu dispor" e tem a intenção de manter, e se possível de estender, "quaisquer demonstrações de confiança e de estima que lhe sejam indiretamente concedidas" por sua comunidade. E isto é verdade tanto para o "profissional" quanto para o "comerciante", para "o artista ou o artesão, o banqueiro ou o industrial, o empregado ou o empregador".⁴⁹

Talvez fosse inevitável que, nas décadas que se seguiram à Revolução Francesa, alguns burgueses satisfeitos consigo mesmos, quisessem arrogar para si o século. O que tantos críticos culturais consideravam vícios burgueses, eles saudavam como virtudes burguesas: ao esgotamento do veio poético, chamavam de realismo; à ausência de princípios elevados, de espírito prático; à devoção obsessiva ao trabalho, de energia; ao conservadorismo bovino dos prósperos, de solidez. Até mesmo Marx e Engels, que não morriam de amores por uma classe cuja missão histórica a seu ver já se aproximava rapidamente do fim, acharam palavras expressivas para louvá-la. "A burguesia sujeitou o campo às leis da cidade", escreveram num famoso parágrafo do *Manifesto comunista*. "Criou cidades enormes, arrastou para dentro da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras", e assim "salvou uma parcela considerável da população da estupididade da vida rural".⁵⁰

Mesmo essa valorização limitada não obteve o apoio geral. Um motivo para tanto foi a paixão que a burguesia tinha pela autocrítica, fomentando um verdadeiro batalhão de inclementes críticos sociais, praticamente todos oriundos de suas próprias fileiras. Em um diagnóstico mordaz, Henry James observou que "Balzac e seus companheiros" odiavam a burguesia "porque eles mesmos são quase sempre furtivos da burguesia. Conseguiram escapar com vida, e uma vez estabelecidos no acampamento adversário, erguem alto seus punhos e bradam seus desafios".⁵¹ Arthur Symons, crítico e poeta simbolista, concordava. Falando da rebeldia estética da década de 1890, observou desdenhosamente: "Nada, nem mesmo a virtude convencional, é tão provinciano como o vício convencional: e o desejo de deplorar a classe média faz parte da própria classe média".⁵² Todavia, o historiador em busca de uma definição para a cultura da classe média do século XIX não pode deixar de perceber que tal hostilidade furiosa tinha muitos pontos de contato com a realidade da época. Sob vários aspectos importantes, havia algo de opressivo na civilização dos negócios, sobretudo quando impregnada de fervor evangélico, algo incompatível com o gosto mais requintado, com as distinções mais sutis, com a liberdade moral e artística, e mais ainda com as percepções críticas. A arte oficial que continuava a ser premiada nos salões em toda a Europa, o interior pretensioso de abastadas casas alemãs nas primeiras décadas do Império, a interferência insensível dos censores na pintura ou na poesia que julgavam blasfema ou obscena — estes e outros sintomas culturais correlatos sugerem fortemente que as dificuldades dos espíritos inovadores na literatura, nas artes e no pensamento não eram de modo algum auto-impostos. A dor e a ira que autores e artistas de vanguarda extravasavam em suas cartas particulares, em seus cafés preferidos, em suas efêmeras revistas e jornais, mereciam maior credibilidade do que a idéia de que eles fossem estas que mordiam a mão que lhes estendia o alimento, enfurecidos tão-somente pela gula por mais alimentos. Tampouco era adequada a idéia de que por trás de toda aquela dor e ira se encontrasse a necessidade primitiva de dividir nitidamente o mundo em amigos e inimigos. A amplitude e a rapidez das mudanças sociais trouxeram à tona um verdadeiro exército de novos-ricos, a maioria deles tremendo de ansiedade social. Sentindo-se perdidos ao se encontrarem repentinamente no terreno da alta cultura, esses novos-ricos, com umas poucas e notáveis exceções, agarravam-se ao gosto das gerações antecedentes e defendiam ferrenhamente padrões tradicionais que os consumidores de cultura mais seguros de si já havia muito tempo questionavam e estavam prestes a abandonar. A arte destinada unicamente à autopromoção e ao consolo reconfortante predominava tanto nas exposições públicas quanto nas casas particulares. E, o que ainda é mais importante, a produção

em massa de bens culturais, impulsionada por avanços técnicos nas artes gráficas, na fotografia e, já ao final do século, pela invenção do fonógrafo, levantaram questões alarmantes sobre as consequências de uma expansão da cultura através de camadas cada vez mais amplas da população. A conquista de novas posições de poder por parte dos burgueses foi de fato menos extensa e muito mais cheia de nuances do que em geral se imagina, porém gerou, como não podia deixar de ser, uma postura defensiva (social e política) entre os recém-chegados, postura essa em que se destacava uma rejeição obtusa, por vezes frenética e em geral egoísta, das realidades sociais, conjugada a uma igualmente obtusa e igualmente frenética recusa de aceitar qualquer experimentação estética.

Por tudo isso, os burgueses do século XIX fizeram por merecer as críticas que lhes foram prodigalizadas. E, conforme já mencionei, muitos burgueses transformaram a autocrítica em flagelação. Atraiam denúncias coletivas — e virtualmente montavam o pano de fundo para elas — com uma avidez que honraria qualquer tribo de masoquistas. Não resta dúvida de que a burguesia do século XIX produziu alguns superegos de primeira grandeza. Apesar de sinceramente dedicada à privacidade, vez por outra dava-se ao luxo de divulgar amplamente um ou outro ataque de sentimentos de culpa. "Nós — refiro-me às classes médias, e não somente aos ricos — nós abandonamos vocês; ao invés de justiça, oferecemos a vocês caridade, e ao invés de simpatia, conselhos duros e irreais." Assim Arnold Toynbee se dirigiu a um público de operários em 1883. Prossegue ainda: "Vocês têm que nos perdoar, pois nós os prejudicamos profundamente". Ele dizia isso numa época em que — conforme Beatrice Webb lembraria mais tarde — "homens de intelecto e homens de poses" adquiriam "uma nova consciência do pecado", uma consciência confusa e inquietante que ela descreveu como "consciência coletiva ou consciência de classe".⁵³ George Bernard Shaw, que tinha seus próprios motivos para estimular tais sentimentos, observava em 1912 que "as grandes conversões do século XIX não resultaram da convicção de pecados individuais, mas sim de um pecado social. A primeira metade do século XIX se considerava o maior de todos os séculos; a segunda descobriu que era o mais perverso de todos".⁵⁴ Em seu estilo característico, Shaw exagerou na conceituação de ambas as metades de sua proposição e deliberadamente minimizou a coexistência de sentimentos contraditórios tanto na primeira quanto na segunda metade do século. Entretanto, por mais simplista e superficial que seja, sua generalização deve recordar-nos de que os problemas de se encontrar uma definição para a burguesia eram mais que uma questão de nomenclatura, mais que uma tarefa a ser resolvida por meio de comparações sociológicas: envolvia a problemática natureza moral da própria vida burguesa. O maior de todos os obstáculos que se opõem à definição da burguesia do século XIX talvez seja suas várias e tumultuadas tentativas de definir-se a si mesma.

Não obstante todos esses obstáculos para se chegar a uma definição ao mesmo tempo bastante abrangente e bastante diferenciada, não pretendo sugerir que nada haja para ser definido. Unindo-se sob os efeitos de pressões externas, a burguesia do século XIX gerou estilos comuns de pensamento acerca do amor e da agressão. Sem nenhuma implicação metafísica, foi simultaneamente uma e muitas. Já em 1820 essa característica foi argutamente percebida pelo príncipe Metternich: "Essa classe intermediária", escreveu ele, referindo-se à classe média em carta dirigida ao czar Alexandre I, "assume toda a sorte de disfarces, unindo-se e subdividindo-se conforme soprem os ventos, ajudando-se uns aos outros nas horas de perigo, e já no dia seguinte despojando-se uns aos outros de todas suas conquistas".⁵⁵ Talvez caiba aos autores ingleses do século XIX o melhor quinhão de tudo isso: exceto em momentos polêmicos ou irônicos, ativeram-se, conforme já mencionei, ao termo "classes médias" — que revela habilidosamente o invencível pluralismo implícito na cultura burguesa, e que coexiste com a unicidade que nela se encontra subjacente.



ARQUITETOS E MÁRTIRES DAS MUDANÇAS

I. A INFLUÊNCIA DO NOVO

As incertezas que assolavam os burgueses do século XIX, e que eles legaram aos historiadores, não se restringiam às questões angustiantes relativas às suas obrigações para com seus inferiores ou à sua reputação entre poetas e pintores. Mais do que qualquer século anterior, essa foi uma época de esperança sem precedentes e de ansiedades desconhecidas. Nos termos de Gladstone, "uma era de agitações e de expectativas".¹ Para os pobres, obviamente, trazia mais agitações; camponeses e operários, soldados e marinheiros eram testemunhas de que a crueldade e a indiferença não haviam desaparecido do mundo. Milhares de pessoas continuavam a viver em condições de miséria e imundície extremas nos países mais adiantados do Ocidente. Os contemporâneos discerniam bem o que se passava; demonstram-no bem os horripilantes *Desastres de la Guerra* de Goya, os aterradores relatos que Florence Nightingale enviava da linha de frente na Criméia, os fiéis documentos oficiais sobre as condições das classes trabalhadoras, ou um passeio através desse horror opressivo e caracteristicamente moderno que são os bairros miseráveis das cidades industriais.

É claro que de modo geral a experiência burguesa foi muitíssimo mais gratificante, pelo menos na superfície. Não é por mero acaso que foram justamente os bons burgueses, beneficiários evidentes da expansão econômica e das turbulências políticas ocorridas ao início do século XIX, que exerceram as maiores pressões no sentido de mais expansão e mais turbulência. A linguagem utilizada pelo príncipe Metternich, aflito guardião das tradições europeias, na famosa avaliação secreta da sua época, que submeteu em dezembro de 1820 ao czar Alexandre I, demonstra sobejamente que energias se entrecrocavam no âmago da burguesia: queixava-se de que "classes agitadas" subvertiam a ordem pública em todo o continente. O rápido "progresso da mente humana", não tendo sido acompanhado pelo progresso igualmente rápido da "sabedoria", havia levado a juízos particulares, e, segundo pensava ele, era "principalmente a classe média da sociedade que havia sido afetada por essa gangrena". Observava ademais que os subversivos eram liderados por burgueses ativos, tais como "funcionários públicos, literatos, advogados e homens encarregados da educação pública", todos eles infelizmente subjugados pela "presunção".² Durante todo o século burguês, esta "presunção" tornar-se-ia um instrumento potente para manter as classes médias em movimento. Somente os inovadores teriam feito uso de outro termo, menos ofensivo: autoconfiança. Por meios de que seus ancestrais não teriam tido sequer

a capacidade de cogitar, esses homens, suficientemente instruídos ou bem situados para poderem participar dos enormes benefícios do capitalismo, conseguiram passar da passividade à ação, estabelecendo, e efetivamente exercendo, o domínio sobre seu mundo; e esses meios se mostraram altamente gratificantes. "Ninguém que tenha prestado atenção às características peculiares da época atual", disse o príncipe Albert —, discursando no banquete oferecido ao prefeito de Londres em 1850, "duvidará por um instante de que vivemos um período de transições maravilhosas, que tende célere à realização do grande fim para o qual, de fato, toda a história aponta — a unificação da humanidade". Com a vista voltada para a Grande Exposição que então se preparava, declarou que "os conhecimentos adquiridos se tornam imediatamente de domínio público", de sorte que "o homem se aproxima do completo cumprimento da grandiosa e sagrada missão que lhe foi atribuída neste mundo".³ O tom do príncipe consorte é um tanto complacente, talvez exageradamente entusiástico em sua radiante simplicidade. Sua mensagem não era contudo novidade para os que o ouviam: tratava-se de um chavão conhecido, um ponto de vista representativo do tema que predominava na época. E. B. Tylor, o evolucionista cultural que abriu muitas sendas novas, assim o expressou em 1867: "A história da humanidade" é "a história de um desenvolvimento ascendente".⁴ Feiras internacionais, tais como a Grande Exposição londrina de 1851, a matriz de todas as seguintes, eram ao mesmo tempo documentos e instrumentos do progresso.⁵

O progresso não era apenas um mito para as pessoas respeitáveis. Políticos radicais, fossem eles de inclinação "utópica" ou "científica", divisavam claramente o fim da escassez, que havia sido a origem da mais acirrada luta social no passado. Como escreveu Heinrich Heine, animado pela desenvoltura persuasiva de Saint-Simon, em meados da década de 1830: "Medimos as terras, pesamos as forças da natureza, avaliamos os recursos da indústria; isso tudo fizemos, e eis o que descobrimos: que esta terra pode alimentar-nos a todos decentemente, se todos trabalharmos e não desejarmos viver às custas dos outros".⁶ Se havia o bastante para todos, o futuro não podia deixar de sorrir, e todas as perspectivas estavam implícitas no presente. Para muita gente, as mudanças não constituíam uma ameaça, e sim uma promessa.

Parece-me desnecessário demonstrar que mudanças são a lei da vida, e que a maioria das épocas são épocas de transição. O que ocorreu no século XIX, porém, é que a própria natureza das mudanças se modificou; elas tornaram-se muito mais rápidas e irresistíveis do que haviam sido no passado. Foram também acentuadamente irregulares: avanços nas ciências naturais não geravam automaticamente aperfeiçoamentos nos tratamentos médicos; o levantamento de informações sociais não se refletia rapidamente em reformas sociais. E tradicionais arranjos sociais, tais como a vida familiar, foram conturbados pelo choque entre as novas necessidades e os antigos hábitos. As mudanças no século XIX foram pois mais frequentemente perturbadoras do que estimulantes.

Precisamos frisar que a era vitoriana foi extremamente sensível a suas experiências supremas: os historiadores, que de modo geral haviam sido os poetas das mudanças, tornaram-se os cientistas que as estudavam. E, mesmo aqueles que lamentavam o pessimismo de Carlyle concordavam amplamente com sua afirmação, proferida em 1829: "É indubitável para quem quer que seja que grandes mudanças exteriores estão se processando. A época está doente e desconjugada".⁷ Por isso, testemunhas inteligentes do século o chamavam de "tempo de transição", sem se darem conta de que estavam emitindo um chavão, e convictas de estarem constatando uma verdade de peso na medida em que distinguiam sua era das precedentes. John Stuart Mill falava de sua época, em 1831, como de "uma era de mudanças", e, mais adiante, como de "uma era de transições". Três décadas depois, em 1860, Émile Zola informava a um amigo íntimo que "nosso século é um século de transições".⁸

Ao se aproximar o fim do século XIX, a psicanálise, apesar de sua reputação em contrário e apesar de comprometida com o postulado de uma natureza humana fundamental-

mente imutável, demonstrou ser também acessível às percepções e à análise de mudanças. O complexo de Édipo, conforme Sigmund Freud constatou no processo de sua formulação, tinha uma história própria, e esta história era uma história social. Comparando o *Oedipus Rex* (Édipo Rei) de Sófocles e o *Hamlet* de Shakespeare, Freud chamou a atenção para o "tratamento diverso dado ao mesmo material" nas duas tragédias, o que sublinhava "a enorme diferença de mentalidade dessas duas épocas tão espaçadas entre si", uma diferença por ele interpretada como sendo "o avanço, através dos séculos, da repressão na vida emocional da humanidade".⁹ Com este reconhecimento das mudanças, a psicanálise, que de tantas outras maneiras era subversiva, neste particular se mostrava de acordo com sua época.

Anteriormente, nos séculos XVII e XVIII, os modos tradicionais de pensamento haviam sido esticados e torcidos para acomodar idéias inovadoras aos padrões herdados — o que, embora com alguma dificuldade, foi feito. Ainda no século XVIII alguém podia ser simultaneamente um cientista solidamente embasado e um bom cristão, e, se bem que ainda fosse possível manter esta dupla fidelidade no século XIX, tornou-se cada vez mais difícil sustentá-la. Pois nesse ínterim a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, acompanhadas e seguidas de turbulências igualmente profundas nas ciências humanas, abalaram a maior parte das estruturas de crença e de autoridade, chegando mesmo a demolir algumas delas para sempre.

Essas grandes turbulências constituíam uma presença constante nas mentes do século XIX, gerando sonhos plenos de esperança ou verdadeiros pesadelos, o que levava os otimistas a predizer o triunfo da ciência, a liberação feminina ou a renovação da cultura, enquanto os pessimistas eram levados a prever a ruína das religiões, a subversão da vida familiar ou a corrupção da ordem. Por séculos a fio, as inovações haviam sido temidas, fornecendo um referencial para sanções violentas; no século XIX, este referencial foi institucionalizado. À época da Reforma, católicos romanos irritavam os rebeldes protestantes com a zombaria retórica: "Onde estava a vossa Igreja antes de Lutero?" Mais adiante, no século XVI, os puritanos ingleses se viram numa postura defensiva por buscarem "inovações no Estado", e um século depois Cotton Mather vociferava contra os fundadores da nova igreja de Brattle Street, em Boston, denunciando-os como agentes de "Satanás iniciando um terrível terremoto" e como "inovadores" pecaminosos que promoviam um "Dia de Tentações" entre os fiéis de Massachusetts. Foi só depois que os homens do Iluminismo, com Locke na vanguarda, começaram a questionar que direitos o antigo possuía sobre as pressões do novo que a inovação se tornou, pouco a pouco, uma idéia aceitável.¹⁰ A era dos pais cedia à era dos filhos. Já se podia cogitar em mudanças, e este pensamento se tornou comum.

De fato, o "movimento", na sua acepção mais comum, foi espetacular no século XIX. Os migrantes cruzavam fronteiras, e frequentemente atravessavam os oceanos. Na década de 1820, os Estados Unidos receberam 150 mil imigrantes; na de 1840, este número aumentou dramaticamente para 1,5 milhão. E, na década de 1880, a América absorveu o total impressionante — e para muita gente aterrorizante — de mais de 5,2 milhões de pessoas.* E os Estados Unidos não foram o único país a receber migrantes: a América do Sul, as províncias orientais da Rússia, a África do Sul e a Australásia se transformaram devido à enxurrada de recém-chegados. Estima-se que do início da década de 1820 até o início da década de 1920, quando severas restrições reduziram a corrente migratória para os Estados Unidos e para a maioria dos outros países a um mero filete, algo em torno de 62 milhões de pessoas deixaram a Europa em busca de outros lugares onde se fixar. Se bem que esta imensa *Völkerwanderung*** fosse constituída sobretudo por camponeses, artesãos e operários, muitos burgueses também

(*) Principalmente gente humilde, expulsa do Leste europeu pelos "decretos de maio" do czar, que tornaram sua sobrevivência impossível lá. (N.T.)

(**) Em alemão no original. O termo designa especificamente as "Grandes Migrações" ocorridas a partir do século II, sobretudo com referência às invasões dos hunos, e depois de povos germânicos e eslavos. (N.T.)

partiram em busca de uma vida melhor. Comerciantes falidos, políticos dissidentes, judeus de classe média vítimas da intolerância, toda essa gente fugia do Velho para o Novo Mundo. E a vida econômica e social das sociedades burguesas foi afetada pela chegada dos imigrantes, nem sempre de modo agradável para os anfitriões. A migração era uma aventura, um caminho para a liberdade, para a solvência econômica ou para a segurança pessoal, porém era ao mesmo tempo, principalmente para os próprios migrantes, um trauma que frequentemente tinha efeitos permanentes.

O mesmo pode ser dito sobre um segundo e não menos drástico tipo de migração: a migração do campo para a fábrica, a oficina ou o escritório. Esse deslocamento, sazonal ou (como era mais freqüente) permanente, aumentava a tendência natural de crescimento dos gigantescos centros metropolitanos do século XIX. Nas palavras do falecido Richard Hofstadter, em sua *Age of Reform* [Era das reformas], "os Estados Unidos nasceram no campo e se deslocaram para a cidade".¹¹ A Europa inteira passou por idêntica transformação. Conforme observou Maxime du Camp, o historiador da Paris moderna e amigo de Flaubert, em fins do século XIX: "A Inglaterra vai para a Índia, a Alemanha para a América, e a França para Paris".¹² Bem poderia ter acrescentado que a Inglaterra também ia para Londres e a Alemanha para Berlim. Enquanto em 1800 apenas 21 por cento da população da Inglaterra e de Gales viviam em cidades de 10 mil habitantes ou mais, em 1850 essa proporção se avizinhava dos 40 por cento, e em 1890 excedia os 61 por cento. Outros países, que mantinham com maior tenacidade suas raízes no campo, ainda assim apresentaram incrementos só um pouco menos dramáticos: na Bélgica a proporção passou de 13 a 35 por cento entre 1800 e 1890; nos Estados Unidos, no mesmo período, de menos de 4 por cento para mais de 27 por cento. As vorazes metrópoles constituíam os alvos mais evidentes dessa mobilidade. Em 1800, Paris, que já então era o centro absoluto da vida francesa, contava menos de 600 mil habitantes; em 1850 ultrapassara a casa de um milhão, e em 1900 abrangia bem mais do que 2,5 milhões. Berlim saltou de 420 mil habitantes em 1850, quando era apenas a capital da Prússia, para 2 milhões de habitantes em 1900, quando já era a capital da Alemanha imperial. No intervalo da vida de uma pessoa estas cidades mudaram a ponto de se tornarem irreconhecíveis.

Tal fuga dos campos, que desde tempos imemoriais haviam sido o lar de praticamente toda a humanidade, não tinha como único objetivo a meia dúzia de capitais. Centros industriais e comerciais como Manchester e Birmingham, que meio século antes haviam sido meros vilarejos, tornaram-se, em poucas décadas, extensos, prósperos, miseráveis e agitados aglomerados urbanos. Alguns desse vilarejos foram virtualmente pisoteados até desaparecerem no solo: em 1801, Middlesbrough tinha 581 habitantes, e Crewe, 121; noventa anos mais tarde, ostentavam respectivamente populações de 76 135 e de 28 761 habitantes.¹³ Mais do que o crescimento das cidades em números absolutos, era o ritmo acelerado da urbanização que os homens da época achavam tão impressionante e alguns observadores preocupados tão detestável. Na Alemanha, o número das *Grossstädte*,* definidas como cidades com mais do que 100 mil habitantes, simplesmente sextuplicou entre 1871 e 1910, passando de oito para 48. E o que as cidades alemãs ganhavam, os campos alemães perdiam. Em 1882, mais de 42 por cento dos alemães ainda viviam no campo, enquanto cerca de 35 por cento trabalhavam na indústria, na construção e na mineração; em apenas treze anos a população urbana empregada ultrapassou a população rural, e em 1907 o setor agrícola estava reduzido a 28 por cento, ao passo que o setor industrial compreendia cerca de 43 por cento da população. Na França as cidades também funcionavam como ímãs. A cada ano mais de 100 mil franceses abandonavam o campo para buscar trabalho nas cidades; só entre os anos de 1875 e 1881, esse número subiu para cerca de 840 mil.

(*) Em alemão no original. Literalmente, "cidade grande", ou seja "metrópole". (N. T.)

Em 1891, mesmo a França, o país dos sítios e dos vilarejos, tinha apenas 45 por cento de sua população trabalhando na terra.

Todas estas cifras são grosseiras, em vários sentidos. A experiência do século XIX exige distinções mais refinadas do que estatísticas nuas e cruas. Foi a era do subúrbio, do *fau-bourg*, do *Vorort*, cuja composição pendia cada vez mais para a classe operária à medida que o século avançava, embora continuasse a abrigar as classes médias. Cada subúrbio, fosse vizinho a Berlim, a Roma ou a Nova York, tinha sua própria história, e suas origens remontam freqüentemente aos primórdios dos tempos modernos. Foi no entanto o século XIX, especialmente depois do surgimento das ferrovias, que mais profunda e continuamente estimulou esses refúgios contra o ruído e as multidões das cidades modernas, gerando o desenvolvimento dessas pequenas e desprezíveis (e às vezes pretensiosas) propriedades.

Este surpreendente desabrochar de aglomerações de classe média deu margem a alguma inveja e boa dose de zombarias. Ninguém era um alvo mais fácil para sátiras do que o habitante dos subúrbios; o modo com que se via sua vida, seu gosto e suas aspirações era distorcido e produziu uma torrente de críticas satíricas. O pequeno clássico de George e Weedon Grossmith, *The Diary of a Nobody* (Diário de um ninguém), publicado em 1892 e constantemente reimpresso, que retrata a vida suburbana quase afetuosamente, é o menos condescendente de tais pasquins. Entretanto, apesar de constituírem um objeto de desdém, os subúrbios se mostraram invencíveis em toda parte; H. J. Dyos, o historiador de Camberwell, subúrbio localizado ao sul de Londres, de certa feita observou argutamente que os comentaristas utilizavam uma linguagem militar quando se referiam a esse desenvolvimento estonteante: "Os exércitos de Alexandre eram grandes produtores de conquistas", escreveu Wilkie Collins em 1861, quando mais acentuadamente se acelerava o ritmo da suburbanização, "e os exércitos de Napoleão eram grandes produtores de conquistas, porém os modernos regimentos guerrilheiros, armados de baldes, colheres de pedreiro e fornos de cozer tijolos, são os maiores conquistadores de todos; pois são eles que mais longamente mantêm as terras ocupadas", inclusive apondo nelas "as insígnias do conquistador: *'Terreno arrendado para fins de construção!'*". Camberwell, pouco mais que uma cidadezinha esparsamente habitada ao início do século XIX, cresceu de 39 868 habitantes em 1841 para atingir 259 339 em 1901 — um crescimento atordoante que septuplicou a população em apenas sessenta anos.¹¹ E, se bem que uma parcela cada vez maior desses quase 260 mil habitantes compreendesse trabalhadores respeitáveis que viajavam diariamente para Londres em trens rápidos e baratos, e a despeito de Camberwell haver criado sua própria favela, o elemento constituído pelas classes médias manteve lá a sua base. As fantasias que os londrinos de classe média realizavam em Camberwell, os berlinenses de classe média realizavam em Wilmersdorf. À medida que as fábricas e os conjuntos habitacionais operários faziam inchar um subúrbio após o outro — Argenteuil nos arredores de Paris, La Guillotière próximo a Lyon —, porém, alguns desses sonhos burgueses se transformavam em pesadelos. Neste caso, como em tantos outros, a experiência burguesa foi marcada pela ambivalência.

Os subúrbios, criaturas e criadores das mudanças, se agigantavam não só como defesas contra a ansiedade, mas também como meios de realizar ansiosos. E as próprias cidades forneciam material suficiente tanto para a gratificação quanto para a inquietação. Com a multiplicação das fábricas, a invasão das estradas de ferro e estações ferroviárias, a expansão de edifícios da administração pública, a ascensão e queda de bairros considerados "nobres", o século XIX produziu um caleidoscópio de mudanças habitacionais no interior das próprias cidades. As cifras que relatam essas mudanças apenas as resumem, sem contudo considerá-las as intensas experiências que cada uma dessas migrações provocava. As implicações dessas experiências, exploradas tanto em obras de ficção como nas de crítica social, não eram totalmente compreendidas à época, mas diziam respeito às preocupações fundamentais da existência humana: moralidade sexual, disciplina no trabalho, coesão familiar, percepção do tempo, do espaço e das oportunidades oferecidas pela vida.

A influência das mudanças foi expressa adequadamente pelo emprego encantatório do termo "novo". Jacob Burckhardt, o eminente historiador e por princípio um conservador, detectou bem cedo este costume. "Todo mundo quer ser novo", escreveu em 1843, "mas nada além disso". Tal desejo poderia ser popular, mas não exigia, na opinião de Burckhardt, nenhum esforço mental: "Nada mais fácil do que ser um liberal", escreveu ele em 1841.¹² Mais de meio século depois, Holbrook Jackson descreveu a década de 1890 como uma época caracterizada por livros que levavam títulos como *The New Hedonism* [O novo hedonismo] e *The New Fiction* [A nova ficção], assim como por movimentos que se denominavam Novo Paganismo, Nova Volúpia e (numa reação evidente a estes) Novo Remorso, além de outros como o Novo Espírito, o Novo Humor, o Novo Realismo ou o Novo Teatro, isso para não falar do Novo Sindicalismo e da Nova Mulher.¹³ Com efeito, pouco depois de 1890 o crítico e ensaísta austríaco Hermann Bahr observou o surgimento repetido de "jovens" escolas de arte e literatura, até mesmo das "mais jovens" escolas. "A cada dia", escreveu ele, "aparece uma nova estética do futuro. Cada pessoa oferece ao mundo sua fórmula particular de novidade". E sem a mínima dúvida: "As antigas fórmulas já prestaram seus serviços e agora reina uma sede irresistível do novo".¹⁴ Samuel Johnson já deplorara, em 1783, a "fúria das inovações" amplamente difundidas, não obstante seu tempo ter sido plácido, e tranqüilo se comparado aos que sobreviriam vertiginosamente um século mais tarde. É indubitável que na década de 1880 um observador social perspicaz como Émile Durkheim tinha toda a certeza de estar vivendo uma nova época, uma nova era.

Anteriormente, Walter Bagehot já havia resumido, de modo impressionante, esta convicção, no parágrafo de abertura de sua obra *Physics and Politics* [Física e política]: "Uma peculiaridade dessa nossa era é a súbita aquisição de grandes conhecimentos em física. Hoje dificilmente uma área das ciências será idêntica, ou quase idêntica, ao que era cinquenta anos atrás. Um novo mundo de inventos — de telégrafos e de ferrovias — surgiu a nossa volta, e não temos como evitar percebê-lo; espalha-se pelos ares um novo mundo de idéias que nos afeta, apesar de não podermos vê-lo".¹⁵ E poder-se-ia argumentar que o novo mundo de idéias, ainda que invisível, estava transformando a sociedade do século XIX de maneira pelo menos tão irreversível quanto as invenções perceptíveis, como as ferrovias, os telégrafos, ou a rede bancária internacional. Não resta dúvida de que o ritmo das mudanças já vinha se mantendo em um nível desgastante havia algumas décadas quando Bagehot publicou sua avaliação da época em que vivia. Ainda assim, esse ritmo foi-se acelerando à medida que a era de Vitória se movia em direção à era de Freud. Relembrando a agitação frenética que animava a vida de sua cidade, Munique, ao início da última década do século XIX, o historiador de arte Hermann Uhde-Bernays lançou mão novamente do já conhecido encantamento: "Lutava-se por uma nova arte, por um novo teatro, por uma nova ópera, por novos concertos dados em novas salas recentemente construídas, pelo rejuvenescimento das instituições educacionais, enfim, por uma vida nova e refrescante em meio a uma atmosfera ressequida e mofada".¹⁶ Em 1912 o dr. Hermann Rohleder houve por bem prefiar um livro sobre higiene e educação sexual com outra invocação dessa realidade avassaladora dos seus dias: "Decerto todos sabem que cataclismos colossais são característicos de toda e qualquer área da nossa cultura atual, da geração de nossos dias, dos modernos. No campo da tecnologia, vivenciamos hoje inovações com que não havíamos sequer sonhado há quinze ou mesmo há dez anos; o mesmo pode ser dito com relação ao comércio, à indústria, e — o que talvez seja o mais importante — com relação às ciências". O antigo dito grego, de que tudo no mundo está sujeito a modificações abruptas, "certamente nunca foi tão verdadeiro nem tão justificado como nos dias atuais".¹⁷ Uma era como essa, tonta com tantas mudanças, sugeria Rohleder, precisa olhar de um modo novo a sexualidade, que evidentemente está em transformação, assim como todo o resto.

Charles Péguy com toda a certeza estava exagerando, mas capturou bem o espírito dessas transformações quando disse, um ano depois de Rohleder, que "o mundo se modi-

ficou menos desde Jesus Cristo do que nos últimos trinta anos".²¹ Essa difusa paixão pelo novo não escapou à observação atenta de estudiosos da cultura contemporânea como Auguste Escoffier, possivelmente o mais ilustre *chef-de-cuisine* do século burguês. No prefácio ao seu clássico livro de receitas exclamava: "O brado universal clama pela novidade — a qualquer custo, por bem ou à força!". Falava de receitas e de pratos finos, mas poderia estar com igual propriedade caracterizando o mundo inteiro: "Novidade! Este é o clamor predominante; todos a exigem imperiosamente".²² Não obstantê, a época tinha suas compensações. Émile Zola, que encarava os terrores de seu mundo de maneira exaltada e por vezes melodramática, pôde ainda assim descobrir, como muitos outros, "o prazer da novidade, algo pelo que as pessoas se dispõem a pagar caro em Paris".²³ E, ao que parece, em algumas das províncias também.

Conforme já observei, é provável que a mais direta contribuição para a vitória do novo haja sido a da própria classe média. As exigências do capitalismo industrial forçaram o que veio a ser uma nova classe média, alterando permanentemente os tradicionais contornos da burguesia. Aperfeiçoamentos técnicos e administrativos em empresas manufatureiras e financeiras, nos transportes, na comercialização dos produtos e no governo exigiram e obtiveram batalhões de datilógrafos, secretários, supervisores, guarda-livros, vendedores — homens e, mais e mais, mulheres que se dedicavam não à criação ou produção de coisas, mas sim à prestação de serviços. A ferrovia e a máquina de escrever, o navio a vapor e o telégrafo, a facilitação do crédito e da formação de capitais tornaram a poupança acumulada pelas grandes organizações praticamente irresistível: as fábricas, os grandes escritórios de advocacia, as lojas de departamentos, todos estavam ávidos pelo concurso de trabalhadores. Em 1870-1, um cotonifício médio na Inglaterra empregava 177 pessoas, entre operários, gerentes e pessoal de escritório. E nesses mesmos anos um escritório de contabilidade mediano tinha quatro empregados.²⁴ Vistos sob o prisma do século XX, empreendimentos desta escala nos parecem bem modestos, porém a partir de meados do século os números indicavam claramente o advento de uma nova era. A nova classe média se expandia de modo incontrolado, e incontrolável. Em 1851, o censo na Inglaterra revelou que 91 mil pessoas estavam empregadas em atividades comerciais; uma década depois este número já era 130 mil, e em 1911, 739 mil, tendo-se multiplicado por oito em apenas sessenta anos. E a participação das mulheres nessa explosão era cada vez mais flagrante: em 1851 quase não se encontravam mulheres fazendo serviços de escritório; em 1861, eram cerca de 2 mil, ou seja, 1,5 por cento do total. Porém em 1911 havia 157 mil mulheres exercendo essas atividades, o que significa uma proporção respeitável de 21 por cento do total do pessoal de escritório na Inglaterra.

Esse desenvolvimento não foi de modo algum exclusivo da Inglaterra, a primeira das nações industrializadas. Na França, entre 1856 e 1906, os setores comercial e administrativo da economia cresceram de 21 para 28 por cento, enquanto no mesmo período a indústria se expandiu em apenas 2 por cento, ou seja, com uma rapidez três vezes menor. E na Alemanha as transições mais palpáveis se deram de forma concentrada ao final do século. Entre 1882 e 1907 o número de empregadores e proprietários decresceu em 7 por cento, ao passo que o de trabalhadores aumentou em 110 por cento, e o de empregados, em 592 por cento; no intervalo de um quarto de século, a força de trabalho industrial duplicou, mas a de secretários, escriturários e vendedores cresceu com rapidez três vezes maior.²⁵ O mundo moderno estava se tornando o mundo do pessoal de escritório; a base da pirâmide burguesa se alargava de tal modo que já se tornava irreconhecível.

Entre os mais insaciáveis promotores da nova classe média encontravam-se os governos. As quantias que eles se viam obrigados a despender, e a quantidade de funcionários que precisavam admitir a fim de satisfazer suas novas e multifacetadas funções de supervisão e controle, bem como a proporção de pessoal administrativo em relação ao total dessa tribo de funcionários públicos, tudo isso cresceu a uma razão impressionante. Em 1792, o governo central da Inglaterra gastara 7,7 milhões de libras; em 1897, pouco mais de um

século depois, gastou uma quantia dez vezes maior, 77,9 milhões de libras. Em 1797, empregava perto de 16 mil pessoas, das quais cerca de 1500, menos de 10 por cento, eram funcionários administrativos; em 1869, os números atingiram a cifra de 108 mil funcionários, dos quais quase 17 mil, ou seja, mais de 15 por cento, ocupavam cargos administrativos.²⁶ A partir de meados do século, os funcionários administrativos se tornaram alvo de comentários zombeteiros em jornais e revistas, e até mesmo em romances. Observadores caridosos achavam-nos ao mesmo tempo engraçados e comoventes. Outros mais mordazes, tendiam a ver neles ditadorezinhos mesquinhos, bajuladores submissos, ou ambas as coisas — patéticos ninguéns agindo como se fossem alguém.²⁷

Entretanto a vida dessa nova classe média não deixava de ter algumas esperanças. O mito e, em escala substancialmente menor, o fato da mobilidade social animavam muita gente. Não obstantê, a maioria não conseguia escapar a seu destino: anos de empregos provisórios seguidos de anos ainda mais longos tentando sobreviver com meios insuficientes. Era notório, sobretudo na França e na Alemanha, que personagens respeitáveis como mestres-escolas ou empregados postais casavam-se tarde e tinham poucos filhos; raramente tinham como sustentar mais do que dois filhos, e muitas vezes nem isso. E para tornar a situação ainda mais exasperadora, muitos empregos civis estavam infectados por mais do que um toque de militarismo. Funcionários públicos eram exortados a cultivar as virtudes da disciplina e da submissão, do trabalho sem tréguas e da lealdade inquestionável. Se bem que em muitos estabelecimentos as relações entre chefe e subordinados fossem moldadas de acordo com as relações características da vida familiar, era a família autoritária que lhes servia de modelo.

Esse autoritarismo e essa claudicante mobilidade social, com seu ordenamento inflexível das camadas e hierarquias sociais, evocam memórias da sociedade tradicional, do antigo regime. E apesar de tudo também havia muita coisa estritamente moderna: as massas que constituíam o novo *Mittelstand*, associadas à miséria que assolava o antigo, demonstram que a burguesia da era de Freud havia passado por mudanças significativas desde a era de Vitória.

2. A ERA DOS TRENS EXPRESSOS

Toda essa movimentação teve o seu preço. Os arquitetos das mudanças freqüentemente se tornaram também os seus mártires: a vertiginosa mobilidade do século, precipitada e não de todo previsível, colhia muitos de seus sacrifícios na soleira de sua própria casa. Por vezes, tal vitimização resultava da mobilidade na acepção mais literal do termo: no princípio da década de 1860, os anteriormente prósperos comerciantes de Orléans viam, impotentes, seus ex-fregueses da região passarem defronte de suas portas, a caminho de Paris pela ferrovia.²⁸ Ocorrências palpáveis do mundo real e estados mentais eram como sempre inseparáveis. E o velho chavão de que tudo, mesmo o progresso, tem seu preço, se manteve de pé no caso dessa época progressista, o século XIX, e dessa classe progressista, a burguesia — inexoravelmente.

O período final do século XIX trouxe a surpreendente descoberta de que até mesmo mudanças para melhor poderiam gerar doenças mentais profundas, como de resto freqüentemente acontecia. O reconhecimento desse fato foi primeiro vislumbrado por três dos mais perspicazes observadores da época — Nietzsche, Freud e Durkheim —, e depois foi se filtrando até atingir o público em geral. Em suas reflexões aforísticas dos anos 80, Nietzsche postulou que "na economia mental interior do homem primitivo, predomina o medo do mal. Que é o mal? Três coisas: o aleatório, o incerto, o súbito".²⁹ Freud generalizou este diagnóstico informal de ansiedade, aplicando-o a todos os seres humanos com base no simples argumento de que no fundo todos são primitivos. A ansiedade, nos termos em que